



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0994/17	DATA: 08/08/2017	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 14h12min	TÉRMINO: 17h02min	PÁGINAS: 61

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ROBERTO CABRAL BORGES - Coordenador de Operações de Fiscalização da Diretoria de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA.

CLÁUDIO HERMES MAASS - Biólogo, Presidente da Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil — SZB e Representante do Zoo Pomerode.

LUIZ TARCÍSIO MOSSATO PINTO - Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente — ABEMA.

BEATRIZ EMILIA BARTOLY - Advogada e Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão da Associação Brasileira de Advogados — ABA.

CARLA SASSI - Veterinária e Vereadora de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.

FRANK ALARCÓN - Biólogo e membro fundador do Instituto Luisa Mell.

SUMÁRIO

Debates sobre o sucateamento dos zoológicos brasileiros e sua nova utilidade a favor da fauna.

OBSERVAÇÕES

Houve exibições de imagens.
Houve exibições de vídeo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilto Tatto) - Boa tarde.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, destinada a debater o sucateamento dos zoológicos brasileiros e sua nova utilidade a favor da fauna.

O requerimento para realização deste evento é de autoria do Deputado Marcelo Álvaro Antônio, que convido a compor a Mesa.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara*, para ser exibido posteriormente na grade de programação da emissora. Por isso, solicito aos palestrantes o obséquio de sempre utilizarem o microfone para as suas intervenções.

Prestados esses esclarecimentos iniciais, será concedida a palavra para cada convidado por 15 minutos, visto que, após as palestras, iniciaremos os debates.

Desde já agradeço e peço que cada convidado observe o tempo proposto para a sua exposição. Há um cronômetro à esquerda, neste plenário, para orientá-los nesse sentido.

Informo aos palestrantes, aos Parlamentares e aos demais presentes que esta Comissão está promovendo um debate interativo, nesta audiência pública, por meio do portal e-Democracia, ferramenta de interação da Câmara dos Deputados.

Servidores desta Comissão estão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham esta audiência pública, as quais serão respondidas pelos nossos convidados ou pelos Parlamentares no final do debate. Aqueles que desejarem ter acesso à rede de Internet *wi-fi* poderão retirar a senha nas portarias desta Casa.

Peço ainda aos palestrantes que assinem autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize suas imagens para transmissão pela Internet e em programas desta Casa.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Roberto Cabral Borges, Coordenador de Operações de Fiscalização da Diretoria de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiental e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA; o Sr. Frank Alarcón, biólogo e membro-fundador do Instituto Luisa Mell de Assistência aos Animais e ao Meio Ambiente; o Sr. Cláudio Hermes Maass, biólogo, Presidente da Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil — SZB e representante



do Zoo Pomerode; o Sr. Luiz Tarcísio Mossato Pinto, Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente — ABEMA; e a Sra. Beatriz Emilia Bartoly, advogada e Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão da Associação Brasileira de Advogados — ABA.

Agradeço a todos por aceitarem o convite.

Senhoras e senhores convidados, Sras. e Srs. Deputados, prezados internautas que nos assistem, esta Comissão tem dedicado, nos últimos anos, cada vez mais espaço às questões relacionadas à conservação da fauna e do bem-estar animal.

É com satisfação que recebemos hoje este grupo de convidados, incluindo técnicos e representantes do Poder Público, estudiosos e representantes da sociedade civil para tratar desse tema tão relevante, que é o sucateamento dos zoológicos brasileiros e sua nova utilidade em favor da fauna.

Os zoológicos existem há milhares de anos. Estudos de civilizações antigas, como as mesopotâmicas, egípcias, pré-colombianas e romanas, identificaram registros da existência de coleções em cativeiro de animais selvagens para usufruto da classe dominante. Essa prática foi, a partir do século XV, adotada também pelas realezas europeias, tanto como fonte de entretenimento quanto como fonte de ostentação e poder, refletindo a expansão colonizadora dos impérios.

Com o advento da Revolução Industrial, a propriedade de muitas coleções de animais selvagens começou a ser transferida para comerciantes e empresários emergentes, e, em meados do século XIX, surgem os primeiros zoológicos modernos abertos à visitação pública através de pagamentos de ingressos.

Ao longo do tempo, o conceito de zoológico mudou substancialmente.

A existência de coleções de animais selvagens em cativeiro para exclusivo entretenimento público não mais se sustenta, seja ética, seja moralmente. Só se justifica manter animais selvagens em cativeiro em nome da conservação das espécies e, em última instância, pela preservação da biodiversidade e do patrimônio natural. Os zoológicos, pela proximidade com o público, devem ser espaços de extrema importância para a educação ambiental e a conscientização conservacionista.



Outra função ainda mais relevante é a de proporcionar a proteção necessária para a conservação *in situ* de espécies ameaçadas e o acúmulo de novos conhecimentos gerados por pesquisas científicas realizadas nesses ambientes.

Uma pesquisa publicada na revista *Science*, em 2011, avaliou 25.780 espécies de vertebrados catalogados na Lista Vermelha da União Internacional para Conservação da Natureza dos Recursos Naturais, a IUCN, e concluiu que a criação em cativeiro teve um importante papel na recuperação de 17 das 68 espécies de vertebrados, cujo nível de ameaça de extinção foi reduzido.

Dentre os casos de sucesso, nos quais a conservação *in situ* possibilitou a reintrodução na natureza das espécies ameaçadas de extinção, temos exemplos emblemáticos, como os do condor americano, do diabo da Tasmânia, do panda gigante e, mais recentemente, do mico-leão-dourado.

Atualmente, existe no Brasil pouco mais de uma centena de zoológicos, a maioria vinculada a Governos Municipais e Estaduais. Algumas dessas instituições são exemplo de engajamento e de aprimoramento do seu papel como fonte de saber científico, conservação de espécies ameaçadas e cuidados com o bem-estar animal por meio do enriquecimento ambiental, dentre os quais citamos o zoológico de São Paulo.

Entretanto, boa parte dos zoológicos do País passa por uma situação de abandono e descaso que coloca em risco não apenas a saúde dos animais, como também a de seus visitantes. Pelo menos oito Estados brasileiros registraram casos de zoológicos que fecharam as suas portas e que passam por investigação. Nesses lugares, os animais são mantidos em constante estado de estresse, muitas vezes em recintos feitos de concreto e de barras de ferro, expostos muito próximos ao público, recebendo alimentação inadequada e sujeitos a maus-tratos.

Não é mais possível admitir que ainda existam em nosso País zoológicos que sirvam apenas para o entretenimento dos visitantes, sem qualquer enriquecimento ambiental ou preocupação com o bem-estar animal.

O objetivo da audiência pública de hoje é ouvir a opinião dos especialistas convidados e discutir ideias de alterações na legislação federal que possam contribuir tanto para o bem-estar dos animais mantidos em cativeiro como também



para o aprimoramento da atuação dos zoológicos brasileiros em benefício da conservação da biodiversidade.

Eu quero aqui parabenizar o Deputado Marcelo Álvaro, pois já é de conhecimento de todos o seu compromisso e a sua militância nessa causa. E quero dizer, Deputado Marcelo Álvaro, que eu tenho uma reunião da bancada agora para discutir assuntos também de grande importância para a nossa Comissão de Meio Ambiente. São duas medidas provisórias — já foram mandadas para cá três medidas provisórias —, e uma delas trata do Código de Mineração. Todo mundo sabe do potencial impacto que a atividade econômica da mineração tem no meio ambiente, tanto para a vida animal como para as populações.

A outra medida provisória — na verdade, é um projeto de lei —, que também já foi fruto de um debate muito intenso recentemente, recoloca aqui aquele tema sobre o Parque Jamanxim, no Pará. Eu acho que todo mundo acompanhou esse processo. O Governo Temer vetou a medida provisória que ele mesmo tinha enviado antes de sua visita à Rússia e à Noruega, mas, ato contínuo, ao chegar ao Brasil, encaminhou a esta Casa um projeto de lei, em regime de urgência, que já conta com uma enormidade de emendas.

Setores do Congresso Nacional vão aproveitar para começar a mexer num conjunto muito grande de unidades de conservação. Isso tem tudo a ver com este tema, porque quando colocamos em risco as unidades de conservação ameaçamos também as espécies da nossa fauna e da nossa flora.

Então, gostaria de fazer esta justificativa.

Para mim, é uma honra muito grande passar a palavra ao proponente deste evento, que vai dar sequência à sessão, agora na condição de Presidente.

Deputado Marcelo Álvaro, desejo uma boa reunião e espero que dela saiam contribuições para discutir, além desse tema específico, temas correlatos, no conjunto de propostas que estão, inclusive, em debate na Comissão, como, por exemplo, a que trata da caça de animais silvestres, da qual estou na relatoria.

Obrigado. Boa reunião para os senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Álvaro Antônio) - Boa tarde a todos e a todas. Antes de cumprimentar aqui os componentes da Mesa, eu quero agradecer ao Deputado Nilto Tatto, o Presidente desta Comissão, que é um aliado



que nós temos na defesa do meio ambiente e da causa animal. O Deputado tem sido fundamental nesta Comissão para que os nossos projetos e requerimentos possam ser aprovados no âmbito da Comissão. Por isso, eu quero aqui, de público, agradecer ao Deputado Nilto Tatto, que tem sido realmente um grande parceiro, repito, em defesa do meio ambiente e da causa animal.

Cumprimento o Dr. Roberto Cabral, Coordenador de Operações de Fiscalização da Diretoria de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; o Sr. Frank Alarcón, biólogo e sócio-fundador do Instituto Luisa Mell de Assistência aos Animais e Meio Ambiente; o Sr. Cláudio Hermes Maass, biólogo e Presidente da Sociedade Brasileira de Zoológicos e Aquários e representante do Zoo Pomerode; o Sr. Luiz Tarcísio Mossato Pinto, Presidente da Associação de Entidades de Meio Ambiente; e a Sra. Beatriz Emília Bartoly, advogada e Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão da Associação Brasileira de Advogados. Agradeço a todas a presença nesta audiência pública.

Eu gostaria de convidar a Vereadora Carla Sassi para compor a Mesa conosco, tendo em vista que surgiu uma vaga aqui. A Vereadora, que é veterinária na cidade de Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais, tem feito um trabalho brilhante no Estado e tem contribuído grandemente com essa causa, que é de todos nós. *(Palmas.)*

Seja bem-vinda, Carla Sassi. Eu não poderia deixar de tê-la conosco aqui na Mesa.

Eu quero apenas fazer uma introdução e dizer da minha alegria em poder contar com cada um dos senhores aqui. Muitos que estão aqui também fazem parte do Acampamento Animal, um projeto que tem como idealizadora a Carolina Mourão. *(Palmas.)*

A Carolina realmente não tem medido esforços, tem sido uma guerreira, uma batalhadora para que essa causa, aqui na Câmara dos Deputados, a cada dia possa abranger mais Deputados, possa avançar mais, principalmente no que diz respeito à mudança da nossa mentalidade.

O Deputado Ricardo Izar sempre diz que quando falava sobre a causa animal aqui na Casa, há 10 anos, era ridicularizado; os outros Deputados riam dele. Hoje,



isso não ocorre mais. Hoje, essa causa tem ganhado respeito, pelo entendimento que se tem de que os animais não humanos têm sentimentos, têm emoções.

Esse processo é lento, é árduo, mas nós sentimos que a cada dia que passa, a cada semana que passa, ganhamos corpo e musculatura dentro desta Casa, porque é nesta Casa que tudo acontece, é por aqui que as leis passam. Eu tenho certeza absoluta de que a cada dia que passa ganhamos mais musculatura e de que vamos realmente até o fim. Veremos dias melhores e um tratamento mais digno aos animais, à fauna e à flora do nosso País.

Nossa pauta de hoje propõe discutir a questão dos zoológicos em todo o Brasil. Eu acredito que é de conhecimento de todos que são cometidas atrocidades com os animais dentro zoológicos brasileiros. Sabemos que existe uma caixa preta e que existem muitas situações relacionadas aos zoológicos que precisam ser esclarecidas. Os zoológicos têm sido realmente muito cruéis com os animais, e isso acaba remontando à Inglaterra imperialista, quando os navegadores voltavam com troféus, com trunfos, que eram animais mortos.

Então, realmente precisamos trazer à luz esse debate acerca dos zoológicos. Precisamos debater não só a questão dos maus-tratos aos animais — nos zoológicos, muitas vezes os animais são mantidos cercados por concreto ou grades, são submetidos a graves sofrimentos psicológicos, talvez irreversíveis, e estão muitos deles morrendo —, como também a questão do conceito do zoológico.

Eu acredito que ninguém mais quer ver um zoológico que tenha como conceito apenas a exposição dos animais, para atender à curiosidade ou para o entretenimento humano. Temos de avançar muito nessa mentalidade. Ninguém quer mais isso. Queremos um outro conceito de zoológico, um conceito que inclua a produtividade, a atenção e o carinho para com a fauna brasileira, principalmente para com os animais silvestres, que são vítimas de tráfico.

Então, vamos debater a questão dos maus-tratos e também um novo conceito para zoológico. Vamos levar esse debate a sério e não vamos ficar restritos a apenas uma audiência pública. Temos que elaborar projetos e avançar nessa causa, porque, assim, tenho certeza de que veremos dias melhores para a nossa fauna.

(Palmas na plateia.)

Agradeço pela presença a cada um dos senhores. Isto nos alegra muito.



Estamos contando com a presença aqui de pessoas que certamente vão enriquecer muito o debate e trazer contribuições fundamentais para que tracemos um norte, para que saibamos para onde vamos caminhar dentro desse assunto relacionado aos zoológicos do Brasil. Portanto, nós temos uma Mesa extremamente qualificada.

Espero que nesta tarde façamos de bom debate, cujo produto final seja um norte para elaboração de uma pauta, no Congresso Nacional, que avance e que nos traga o êxito que todos desejamos.

Agora, vou passar a palavra aos nossos convidados. Certamente, todos têm uma contribuição a dar, com a sua visão e a sua posição.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. Roberto Cabral Borges, Coordenador de Operações de Fiscalização do IBAMA.

O SR. ROBERTO CABRAL BORGES - Boa tarde a todos, boa tarde à plateia e ao Deputado que preside a audiência. Obrigado pela oportunidade.

(Segue-se exibição de imagens.)

Na verdade, o IBAMA executa a lei. No entanto, é uma grata oportunidade estarmos aqui e podermos dizer o que deveria melhorar em relação à lei que trata dos zoológicos atualmente.

De acordo com o art. 1º da Lei nº 7.173, de 1983, qualquer coleção de animais silvestres expostos à visitação pública constitui um zoológico. Esse é um dos pilares básicos do zoológico, que tem a ver com a exposição e com a visitação. Esse é o ponto principal, tanto que a lei de zoológicos começa por esse pilar. Além disso, nós temos a questão sociocultural e questões científicas. Então, se formos pensar, temos quatro pilares para zoológicos: exposição, pesquisa, conservação e educação ambiental.

Em vários zoológicos, os técnicos que estão interessados em melhorar as condições de vida dos animais têm caminhado cada vez mais para a questão da conservação, porque têm observado que simplesmente a exposição não é justificativa plausível para a manutenção do zoológico.

Se nós recuarmos no tempo, veremos que o zoológico nasceu com o objetivo de exposição e visitação, ou seja, com o objetivo de mostrar para as pessoas aqueles animais que elas não observariam de outra forma. O Deputado bem



mencionou o que ocorria na época da Inglaterra vitoriana, com as grandes navegações. Assim, ou a pessoa via esses animais no zoológico, ou não teria a oportunidade de vê-los. Isso não mudou muito hoje.

Nessa imagem podemos observar uma senhora batendo foto dos rinocerontes, nos Estados Unidos.

Existe também o viés de conservação. Poderíamos imaginar o mundo sem elefantes, sem rinocerontes? Há também o viés de educação ambiental, que o zoológico busca passar. Alguns pensam na conservação de alguns desses animais.

Essa é uma questão às vezes questionável, porque fica relacionada à educação ambiental. Os *shows* que os zoológicos fazem também têm esse viés de educação ambiental. Mas nem sempre essa educação ambiental funciona como deveria, infelizmente. Chegamos ao ponto em que é preciso fazer um alerta para a população, como o de não gritar para o leão. Aqui vemos outro alerta, mais inusitado ainda: *“Não jogue pedra nos animais”*.

Na Lei nº 5.197, de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna, há um dispositivo que diz que não é permitido caçar dentro dos zoológicos. Eu imagino que, para que se tenha feito esse dispositivo, alguém deva ter caçado dentro do zoológico.

Sobre a questão de conservação, voltando para o Brasil, vemos uma notícia que diz que o zoológico de São Paulo apresenta mais dois filhotes de arara azul. Existem vários zoológicos que trabalham com conservação, e esse é um trabalho importante, e não só na conservação em si.

Aqui está o Thor, um rinoceronte-branco apreendido em um circo. Ele teve a oportunidade de melhorar. Olhem como o animal estava magro em setembro de 2008 — vejam o score dele — e como ficou depois de ser tratado aqui no zoológico de Brasília. Olhem a mudança que ocorreu com ele. Pela primeira vez na vida, esse animal teve a oportunidade, assim que chegou ao zoológico, de deitar e rolar na lama, ou seja, de adotar o comportamento natural. No circo ele não poderia ter conseguido esse comportamento.

Os zoológicos podem ser mantidos por Estados, Municípios, Distrito Federal e pessoas físicas ou jurídicas. Reside um grande problema nessa questão, embora



isso esteja previsto em lei. Qual é o problema? A pessoa pode ter problema financeiro ou pode ter desistido.

Aqui vemos a recuperação de uma situação do Bwana Park, que ficava no Rio de Janeiro e onde vários animais morreram de inanição. E aqui mostramos uma questão no zoológico do Cattoni. Ele simplesmente abandonou os animais, foi embora. Tanto o poder público quanto as entidades não governamentais resgataram vários desses animais. Alguns não sobreviveram a essa situação.

Isso mostra uma fragilidade na questão da possibilidade de indivíduo particular manter um zoológico. Ele é muito mais volúvel do que o Estado. Mesmo o Estado, às vezes, enfrenta problema na manutenção desses animais.

É importante lembrar que isso deve ter uma segurança muito bem estruturada, porque os animais que estão mantidos no zoológico simplesmente não têm como se defender, buscar comida, o que for. Eles são totalmente dependentes do ser humano.

As dimensões nos recintos também são previstas na legislação. A Instrução Normativa do IBAMA nº 7, de 2015, especifica as dimensões mínimas e as condições mínimas para vários animais. Infelizmente não são todos os zoológicos que adotam essas dimensões e conseguem se adequar a essas dimensões. Vários zoológicos não conseguem se adequar a essas dimensões.

Ái a população poderia perguntar: *“Se eles não se adaptam, por que o IBAMA não vai lá e o fecha? Por que o poder público não o fecha?”* Em razão, muitas vezes, da quantidade de animais que já existem nesses locais e da impossibilidade de destinação imediata ou mesmo em médio prazo desses animais.

O que se busca sempre evitar é isto aqui: animal enjaulado, num recinto quase asséptico, simplesmente para visitação. Mas em vários zoológicos isso não mudou muito. Às vezes, coloca-se simplesmente um tronco em algum local, mas a condição primária de como o animal é mantido, seja antigamente, seja atualmente, ainda é a mesma.

É lógico que existem zoológicos que mantêm os animais de forma mais adequada. Esse zoológico, por exemplo, nos Estados Unidos, teve condição de reproduzir não só esse, mas também vários animais extintos, e de fazer várias



coisas relacionadas, mas o viveiro da cacatua continuou algo em que o animal era impossibilitado de voar.

Então, mesmo em bons zoológicos e zoológicos estruturados, temos problemas com a manutenção desses animais e as condições desses animais.

O Projeto Tamar vende vários objetos para financiar o quê? Pesquisa. Há exposição — todo mundo está vendo aqui a exposição —, mas o Projeto Tamar não é tão criticado como o zoológico. Vemos aqui numa charge: “*Os humanos são criaturas cativantes!*” Cativamos vários animais, literalmente. Há a questão: “*Aquário igual prisão*”. Há ainda: “*Não queremos jaulas maiores. Queremos jaulas vazias*”.

Por que o Tamar não é tão criticado quanto o zoológico de uma forma geral? Vamos voltar àqueles pilares: exposição, pesquisa, educação ambiental, conservação. Por quê? Basicamente devido à predominância da exposição na maior parte ou quase totalidade dos zoológicos.

É importante a existência do zoológico para a conservação? É importante. É inegável a existência do zoológico para a conservação. É inegável que são desenvolvidos vários projetos de reprodução e de conservação de uma forma geral dentro de zoológico, mas o ponto principal é a exposição. “*Mas a criança vai se deslumbrar com o animal dentro do zoológico!*” O.k. Isso talvez fosse necessário numa época em que não tivéssemos *National Geographic*, *Discovery* e vários mecanismos tecnológicos para aproximar a pessoa desses animais.

Hoje, será que isso ainda é necessário? Essa é a discussão aqui, e é uma grata satisfação estar na Casa Legislativa para poder rever e discutir a legislação de zoológico. Será que é necessário, para a exposição, o animal ser colocado dessa forma? Ou quem quiser ver um animal pode vê-lo na natureza, em vez de vê-lo dentro de um zoológico igual a esse aqui? Atiraram nele lata de cerveja. Esse animal está mantido dentro de um zoológico brasileiro.

Será que as pessoas têm educação? O animal, preso dentro do zoológico, está fazendo com que essas pessoas sejam sensibilizadas? A educação ambiental que queremos para as futuras gerações é essa? Essa foto não é antiga. Observem que a menina está com *smartphone*, filmando ou digitando ou o que for, enquanto o garoto, com o apoio do pai, mexe no urso.



Nossa relação com animais em zoológico nem sempre é pacífica, muitas vezes para o animal que está do lado de fora, como quando esse garoto teve o braço arrancado em razão de ter brincado com o tigre; e muitas vezes para o próprio animal, mesmo sendo ameaçado de extinção, em razão de diretrizes de proteção da vida humana a qualquer custo, como quando esse outro garoto pulou no fosso do gorila.

É inegável o deslumbramento das pessoas, como aí em outro zoológico, num aquário, em Atlanta. Mas vamos pensar: será que conseguimos permitir que essas pessoas acessem nos zoológicos todos os animais que existem no mundo? *“Ah, eu tenho o direito de ver esse animal! Será que eu nunca vou ver esse animal?”* Temos mais de 4 mil espécies de mamíferos, mais de 9 mil espécies de aves, 6 mil espécies de répteis. Todos esses animais vão estar no zoológico à disposição para a pessoa ver? E, no zoológico, na verdade, o que é focada é a megafauna carismática.

Existe uma expressão ruim, bicho bom e bicho ruim, dentro de alguns zoológicos. Isso é o quê? Um mico-leão-dourado é um bicho bom, pelo qual todo mundo se interessa, porque vai atrair as pessoas. O mico-estrela já é um bicho ruim, não interessa para boa parte dos zoológicos, embora seja uma fauna carismática.

Alguns animais eu imaginava que nunca se veria em zoológico. O tubarão-baleia era um deles. Isso já é possível. Temos tecnologia para colocar esse animal dentro de zoológico.

A exposição, então, continua sendo o foco principal. Mas poderíamos mudar um pouquinho esse viés de exposição, quem está exposto a quem, e pensar o seguinte: ao expor o animal fora do *habitat* dele, será que realmente estou passando todas as informações necessárias para a população ou mostro algo esdrúxulo, como alguém de terno no meio do mar? Mas a exposição continua.

Vou apresentar uma parte do filme *Mississippi em Chamas* para mostra que muitas vezes consideramos normal algo que absolutamente não deveria ser normal.

(Exibição de vídeo.)

O SR. ROBERTO CABRAL BORGES - Eu acho que todo mundo percebeu o que é anormal nessa cena, mas isso era absolutamente normal e legal naquela época.



De alguma forma, nós temos que conseguir nos desvencilhar da ideia de que esta imagem mostrada no eslaide é normal. Na verdade, ela não é. A parte de conservação é importantíssima, assim como a parte de pesquisa, mas a parte da exposição precisa ser questionada.

Se não temos essa visão agora, podemos voltar na história. A história nos ensina muito bem. Se vocês observarem, esta imagem também mostra uma exposição, só que de um zoológico humano. Isso já foi considerado adequado em determinada época. Quanto tempo vamos esperar para que determinadas coisas não sejam adequadas? Quando tempo temos que esperar para o bom senso prevalecer?

Aqui é mostrada a questão do cigarro em voos. Em 1977, estava sendo discutido que era interessante destinar só algumas cadeiras para quem fumasse em um avião. Observem que nem se estava querendo proibir o fumo no avião.

Peço desculpa ao Professor Girafales e ao pessoal do *Chaves*, porque eu tentei achar foto de professores fumando em sala de aula, já que professor meu fumou em sala de aula quando eu era criança, só que não consegui. Hoje isso seria inadmissível. Para qualquer pai, seria uma revolta incrível se o professor fumasse em sala de aula, quiçá dentro de uma escola. Nós já avançamos nisso daí, mas também precisamos avançar eticamente em outras coisas.

A partir desse avanço ético, o zoológico pode ter uma função importantíssima no auxílio ao combate do tráfico de animais silvestres. Não existe fiscalização ao tráfico de animais silvestres se não houver para onde destinar, nem que seja em um primeiro momento, os animais resgatados. E o zoológico pode auxiliar muito na destinação, resgate, reabilitação e realocação, ou seja, na responsabilidade perante esses seres.

Além disso, vários animais são atropelados e precisam de uma estrutura que os recepcione. Os zoológicos possuem essa estrutura e poderiam direcioná-la para essa área, a fim de auxiliar, então, projetos de soltura com a recuperação e reintrodução desses animais na natureza, devolvendo-lhes a liberdade. Assim, nós teríamos uma questão muito importante, que seria justamente toda a estrutura que um dia serviu como prisão dos animais ser revertida a um templo, a um local onde os animais possam ficar e recuperar sua liberdade.



Portanto, o zoológico deve continuar desenvolvendo um trabalho de educação ambiental, de conservação e de pesquisa. Mas que esses sejam os pilares principais do seu trabalho, e não a exposição.

(Exibição de vídeo.)

O SR. ROBERTO CABRAL BORGES - Bem, já temos tecnologia para prender um tubarão-baleia e mantê-lo no zoológico, como temos tecnologia para filmar em 4K a vida dos animais na natureza e exibir na TV ou por meio de tecnologias como a 4D, a 7D, a realidade virtual, etc. Então, temos tecnologia para as duas coisas. O que as diferencia é a questão ética. Nós queremos caminhar com ética? Para onde queremos que o nosso futuro caminhe?

Eu agradeço muito a oportunidade de poder vir à Câmara mostrar que o zoológico é importante, sim, mas é importante para avançarmos na questão da conservação e reabilitação, no suporte aos animais. Que todos os técnicos que hoje trabalham no zoológico possam trabalhar com isso, para diminuirmos cada vez mais a exposição pura e simples dos animais, até chegar ao ponto em que a eliminemos. Que ela não seja o carro-chefe de nenhum zoológico, se não no mundo, pelo menos no Brasil, para começar.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Álvaro Antônio) - Muito obrigado, Dr. Roberto. Eu fico muito feliz com a sua contribuição.

Lembro-me bem daquela matéria sobre o tráfico de animais que passou no *Fantástico* em que Roberto apareceu como agente do IBAMA e se emocionou. Aquela emoção passou para nós.

O senhor pode ter certeza de que sua emoção alcançou o Brasil inteiro, a emoção de alguém que luta e faz o que ama: defender a nossa fauna. Aquela matéria nos marcou muito. Obrigado.

Vou passar a palavra agora a Frank Alarcón. *(Pausa.)* Desculpe. Frank tinha dito: *“Deputado, deixe-me ficar para o final, porque eu tenho um arremate para fazer”*.

Antes de pedir a exposição e as considerações do Dr. Cláudio, eu queria registrar que o Deputado Ricardo Tripoli está presente na Comissão. Acho que não há ninguém aqui que não conheça o Deputado Ricardo Tripoli, que tem um trabalho



exemplar, brilhante, e há muitos anos. Ele é um dos precursores na defesa da causa animal.

Deputado Ricardo Tripoli, eu sou aqui um irmão caçula que está tentando dar a melhor contribuição possível para que possamos realmente avançar nessas pautas.

Por favor, Deputado Ricardo Tripoli, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO RICARDO TRIPOLI - Eu queria agradecer a gentileza de V.Exa., Deputado Marcelo Álvaro Antônio. Muito pelo contrário, acho que a sua obstinação em defesa da causa animal já o coloca, eu diria, como o mais antigo defensor da causa animal. Não há novos, há sempre aqueles que continuam, e isso é muito importante, principalmente no Congresso Nacional, onde ainda existe um grande preconceito contra a causa.

Eu queria, por intermédio da sua figura, meu caro Deputado Marcelo Álvaro, proponente desta reunião, cumprimentar a todos os membros da Mesa. Acredito que V.Exa. conseguiu encontrar um tema extremamente atualizado, esse do fim que temos que dar aos zoológicos no Brasil. Ele é uma coisa retrógrada, ultrapassada, antiga, que não tem mais sentido de existir.

Eu estive em Cuiabá, por exemplo, onde Junia, do Elephant Voices, criou o Elephant Voices Brasil, que já tem dois animais. Estão trazendo o terceiro da Argentina agora. Eles fizeram uma coisa curiosa, um pouco na linha do que Cabral apresentou aqui: compraram uma fazenda, onde esses animais vão ficar soltos, colocaram várias máquinas de filmar espalhadas pelo parque e vão ter um centro lá em Cuiabá, longe de onde estão os animais, onde se vai poder assistir no momento real ao que os elefantes estarão fazendo. E vão vender produtos, como esse em 3D, 4D, 5D, uma geração nova de apresentação, em que as pessoas podem até se familiarizar, mesmo a distância, com os animais.

O que não podemos mais no Brasil é permitir a prisão perpétua dos animais. Se a prisão perpétua não existe para os seres humanos, não podemos ser coniventes com o fato de que prisão perpétua possa existir para os nossos animais.

Boa parte do que Cabral passou aí eu fui ver *in loco*. Aquelas onças, por exemplo, estão no zoológico de Pernambuco. Estive lá com o Deputado Daniel Coelho, de Pernambuco, e ele me levou ao zoológico. A situação é exatamente



aquela. Aliás, no filme, parece um pouco maior o espaço; pessoalmente, o espaço é muito menor do que se vê no filme. O Deputado Daniel Coelho estava horrorizado com aquilo.

Espero que esta reunião seja fruto de muitas reuniões espalhadas pelo Brasil afora, e que consigamos, senão o encerramento, que esses locais se transformem, no futuro, pelo menos nos CETAS, para que possamos dar dignidade a esses animais.

Parabéns a V.Exa., pela sua iniciativa e pelo seu trabalho, a todos os palestrantes do evento e àqueles que obviamente sempre estiveram na retaguarda, na trincheira, no combate, contra os maus-tratos dos nossos animais.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Álvaro Antônio) - Muito obrigado, Deputado Ricardo Tripoli.

Tem a palavra agora o nosso amigo Cláudio Hermes Mass, para a sua exposição.

O SR. CLÁUDIO HERMES MAASS - Muito obrigado pelo convite, Deputado, a quem também felicito por levantar esta discussão aqui na Casa.

A Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil pretende dar uma contribuição também nesse sentido. É nosso interesse que essa discussão seja feita de forma ampla, e que possamos dar condições às instituições brasileiras de terem efetivamente a possibilidade de fazer o trabalho que se espera delas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vou falar rapidamente da Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil. A entidade existe há 40 anos e congrega 50 instituições. O nosso objetivo é representar essas instituições, no sentido de inseri-las na comunidade nacional e internacional de zoológicos; ser uma aglutinadora dos processos de conservação, dos esforços de conservação, tanto em âmbito nacional quanto em âmbito internacional; realizar ações de educação, também em âmbito nacional e internacional, principalmente em parceria com programas de conservação em ambiente natural; e ser a interlocutora dos zoológicos junto ao Governo e à sociedade em questões de conservação da biodiversidade e do manejo de fauna silvestre sob cuidados humanos.



Consideramos que os zoológicos têm sete funções, avançando um pouco já essa discussão: conservação da biodiversidade, muito bem apresentada aqui por Cabral; pesquisa científica; educação; bem-estar animal, que é também uma área de atuação dos zoológicos hoje; reconexão de pessoas com a vida selvagem; geração de recursos para programas de conservação em ambiente natural; e resgate, atenção e reabilitação de animais.

Essas sete ações são feitas pelos zoológicos, inclusive aqui no Brasil. Todos os exemplos que vou citar daqui por diante são de zoológicos brasileiros, e zoológicos brasileiros que atuam junto à comunidade latino-americana, para podermos discutir depois.

Fizemos um censo este ano sobre os resultados do ano anterior quanto à reprodução de espécies ameaçadas. Separei aqui aves e mamíferos. Esses são os números de espécies e o *status* de conservação deles perante a União Internacional para a Conservação da Natureza — IUCN quanto ao nível de ameaça.

Se considerarmos as instituições brasileiras, elas têm uma participação já bastante significativa. São mais de 20 espécies de aves e mais de 30 espécies de mamíferos constantes na lista brasileira de espécies ameaçadas que se reproduzem regularmente dentro das nossas instituições.

Esses são alguns exemplos: mico-leão-dourado, mico-leão-de-cara-dourada, mico-leão-preto, espécies endêmicas aqui no País, mantidas sob cuidados humanos. Sua manutenção e seu sucesso de conservação dependem em grande parte da ação dos zoológicos. Então, esse é um exemplo.

Nós tivemos na semana passada o nascimento dos primeiros patos-mergulhões, outra espécie brasileira. Pela primeira vez no mundo esse animal reproduziu-se sob cuidados humanos, e isso aconteceu em um zoológico brasileiro, o zoológico de Itatiba. Isso também foi amplamente divulgado.

O mutum-de-alagoas é uma espécie endêmica do Brasil, extinta na natureza. No ano passado, nasceram mais de 20 mutuns-de-alagoas em um zoológico brasileiro.

Esse aqui é um dado da Associação Latino Americana de Jardins, Zoológicos e Aquários, da qual fazemos parte. Existem hoje na América Latina 123 programas e ações de conservação, que englobam 94 espécies, das quais 42 aves, 42



mamíferos, 6 répteis e 4 anfíbios. Ali em cima nós temos os *status* de conservação deles e os números que representam isso. Então, é bastante significativa a nossa contribuição.

Nós temos mais de 1.200 pessoas que trabalham e se dedicam ao bem-estar desses animais e a ações de conservação. E, dessas pessoas, 223 são técnicos, biólogos, veterinários, zootecnistas e educadores. Somando isso aos esforços das instituições, perfazem mais de 3,5 milhões de dólares investidos em conservação na América Latina.

A conservação é uma ação global, não é uma ação de um país, de um estado, e tem que envolver todos os países, porque os efeitos da manutenção de uma espécie são globais. Essas ações têm que levar em consideração a alteração climática, a sexta maior em extinção de biodiversidade — pontos culminantes — e também as questões de catástrofes naturais.

Não podemos deixar o Brasil fora desse processo. Hoje nós temos bons exemplos de animais que não pertencem à fauna brasileira dentro de programas internacionais, com resultados efetivos, como é o caso, por exemplo, dos gorilas, que são mantidos sob cuidados humanos em Belo Horizonte. Esses são os únicos gorilas da América do Sul, e agora, recentemente, houve o nascimento de mais três filhotes, o que é muito importante para a manutenção dessa espécie no planeta.

A educação é outra fonte importante de ação dos zoológicos. Os zoológicos na América Latina destinam, de acordo com a ALPZA, mais de 3 milhões de dólares anualmente a programas de educação, tanto para crianças e adolescentes — 97% das instituições têm programas nessa área — como para a capacitação profissional, que tem suma importância para a produção de novos profissionais que atuarão, no futuro, na vida selvagem. Além disso, esses programas realizam ações de capacitação em universidades. Então, nós temos aí um número bastante significativo.

A SZB, desde 2013, vem a cada ano trabalhando uma campanha, um programa, que busca despertar nas pessoas que visitam as nossas instituições a importância da conservação *in situ*. Esses trabalhos começaram com a anta, depois com o tatu, com o lobo guará, com o papagaio, e este é o ano do mico-leão. Nós comemoramos o Dia Mundial do Mico-Leão no dia 2 de agosto.



Eu vou apresentar agora um vídeo curto, que mostra como nós trabalhamos isso dentro de nossas instituições.

(Exibição de vídeo.)

O SR. CLÁUDIO HERMES MAASS - Este é o nosso enfoque desde 2013 em nossas campanhas de educação: mostrar às pessoas que frequentam o zoológico como elas podem ajudar as espécies, os planos de trabalho e os grupos de pesquisa.

Outra questão muito importante em nossos programas de educação são os atropelamentos, algo que também já foi dito aqui. Um dado do Centro Brasileiro de Estudos em Ecologia de Estradas aponta que, por ano, morrem 475 milhões de animais atropelados nas rodovias brasileiras.

A SZB trabalha, juntamente com o Centro Brasileiro, na divulgação disso, para que as pessoas se tornem usuárias de um sistema chamado Sistema Urubu. Com esse sistema, é possível diminuir essa estatística. Também é necessário que as pessoas se tornem presentes nas audiências públicas, discutam os efeitos disso e como haver estradas mais seguras para nossa fauna.

Este é o dado da semana passada: 279 milhões de animais foram atropelados. A estimativa é de que 38 milhões de animais sejam retirados pelo tráfego. Então, se considerarmos 270 milhões e 38 milhões, o impacto que as rodovias têm sobre a fauna é extremamente significativo.

Ali nós temos um mapa do Brasil, que mostra essas cores. O Estado de São Paulo, que tem a maior malha viária, é o local de maior ocorrência de atropelamentos.

Os zoológicos também produzem conhecimento científico. Este ano nossa conferência anual foi sobre bem-estar animal. Ela foi amplamente discutida e contou com a presença de mais de 400 palestrantes, estudantes e técnicos. Então, foi uma grande conferência, extremamente importante.

A Sociedade, no decorrer de sua existência, já publicou mais de 4.100 trabalhos científicos, durante seus congressos e eventos, na área de educação ambiental, nutrição, biologia e medicina veterinária. Também temos, fora do Brasil, várias publicações, como *Cuidando da Vida Selvagem*, que trata exatamente da



questão de bem-estar animal, e revistas específicas. Então, há uma vasta literatura que nos orienta nesse processo.

Os zoológicos também trabalham com animais em ambiente natural, seja financiando, seja atuando diretamente na monitoria. Portanto, esse é um processo extremamente importante para que possamos contribuir com a conservação *in situ*.

Outro ponto importante — aí vou ser um pouco divergente — é a questão da reconexão, que os zoológicos têm, sim, o grande poder de fazer, da fauna, do ambiente natural com a sociedade.

Hoje, no nosso entender, o maior problema da biodiversidade é a desconexão que o ser humano, no caso a nossa espécie, tem com o mundo natural, seja ele por diferentes dogmas. Se não atacarmos essa situação, dificilmente teremos algo diferente dos animais expostos. Não queremos animal 3D, 7D, 10D, queremos animal no seu ambiente natural. É por isso que nós trabalhamos. E, para que possamos fazer isso, precisamos de uma série de ações. É o que eu também estou apresentando aos senhores aqui.

Mais de 30 milhões de pessoas vão aos zoológicos brasileiros todos os anos. Se conseguirmos tocar cada uma dessas pessoas, despertar nelas esse sentimento, despertar nelas ações para que elas se tornem parceiras, teremos efeitos em médio e longo prazo muito significativos, principalmente com as crianças, com os jovens, que vão ser os tomadores de decisão no futuro.

(Exibição de vídeo.)

O SR. CLÁUDIO HERMES MAASS - A SZB, como membro da WAZA, trabalha essa questão dentro do Brasil nas suas associações.

Também já foi falado sobre o apoio a programas: 359 milhões de dólares são anualmente investidos pelo mundo em conservação *in situ*.

Vou falar um pouquinho de reabilitação. Mais de 59 mil animais são anualmente atendidos, reabilitados, juntamente com os órgãos ambientais, segundo dados da América Latina, e devolvidos a seu ambiente natural. Isso representa 1 milhão e 800 mil dólares de investimento.

Sobre a questão de bem-estar, os zoológicos têm um código de ética, e hoje os zoológicos brasileiros membros da SZB passam por um processo de certificação. O Brasil é o segundo país no mundo onde o bem-estar animal é o primeiro critério



para certificação de uma instituição. Estamos fazendo isso nesse momento com as instituições membros da nossa associação, com o objetivo de avançar nessa discussão. Sem um código de ética, sem um processo de acreditação é impossível falar de bem-estar animal.

Apresento alguns dados rapidamente. Os zoológicos estão distribuídos, na sua grande maioria, na Região Sudeste, depois nas Regiões Sul, Nordeste, Norte e Centro-Oeste. A grande maioria das instituições é pública, 65%, e 25% são particulares — estou apenas detalhando. Outra questão importante é que a grande maioria das instituições no Brasil não cobra ingresso, ele é gratuito, ou seja, essas instituições são absolutamente dependentes da dotação orçamentária dos seus mantenedores. Apenas 18% delas cobram ingresso.

Rapidamente, mostro, como exemplo, a instituição na qual eu atuo como responsável técnico. Ela está localizada em Pomerode, é uma fundação pública de caráter privado, sem fins lucrativos. Setenta e sete por cento dos animais mantidos lá são fruto de resgate de circo, de atropelamentos ou do tráfico.

Aqui, temos o exemplo de um urso. Esses dois ursos, na verdade, viviam em circos, foram resgatados, e hoje eles vivem num recinto de 1.000 metros quadrados. Houve todo um trabalho para buscar a reintegração deles, para que voltassem a ser ursos, um pouco do que Cabral apresentou. O nome desse urso é Bob e o da fêmea é Pipoca. Temos vários Bobs e Pipocas. Isso acontece nas nossas instituições. A maioria dos animais dos nossos plantéis é de resgate, outros animais são de programas de conservação. Quero apenas demonstrar isso.

Os zoológicos fazem atendimento a animais feridos, vitimados, seja por atropelamento, seja por choque elétrico, pipa, linha e vários outros motivos. Cuidamos de órfãos; tratamos o bem-estar como uma coisa séria; temos responsabilidade social; participamos de ações ambientais. A educação é um ponto fundamental. A qualificação das pessoas é de extrema importância.

Chego aos problemas, que também explicam o sucateamento de algumas instituições, que são a sua não independência político-administrativa e uma gestão não focada em resultados. A nossa instituição, assim como muitas outras instituições do Brasil, consegue investir de forma bastante significativa. Nós investimos mais de 4,5 milhões de reais todos os anos em infraestrutura, cuidado



animal, ações sociais, educação e pesquisa. O índice de satisfação das pessoas que vão à nossa instituição é de 94%, com conceito ótimo e muito bom.

A resposta da sociedade ao sucateamento de algumas instituições é: o descaso; a dependência; a legislação, que precisa ser aprimorada — concordamos com isso —; e a gestão inadequada.

Vou falar um pouco do descaso — usamos a mesma imagem, não é, Cabral? Temos um exemplo bastante forte. Eu peguei as duas publicações desse veículo que fala sobre um zoo: uma delas fala do símbolo do descaso com animais e com visitantes; e a outra, após uma mudança bastante profunda, noticia o seu retorno à vida, os primeiros passos de sua recuperação. O que mudou? O compromisso da instituição com o trabalho, com a função do zoológico. Essa foi a mudança, algo importante. Nós concordamos com isso, porque queremos boas instituições, e não instituições ruins.

Como 81% dos zoológicos no Brasil não cobram ingresso, eles são totalmente dependentes das dotações orçamentárias. Nós vivemos uma crise, então os zoológicos vivem a mesma crise. O Município não tem dinheiro para adequar, reestruturar, tirar, mudar aquela situação precária que, sim, existe em muitas instituições, conforme muito bem apresentado aqui.

Precisamos rever a legislação, inclusive a lei dos zoológicos. Precisamos colocar esses sete pontos como função dele.

Deputado, eu acho muito pertinente essa discussão. A SZB com certeza será parceira do senhor nessa provocação, queremos fazer parte desse processo. Disponibilizamos todos os nossos membros e a *expertise*, para contribuirmos de forma bastante significativa, para realmente mostrarmos que as instituições brasileiras podem ser exemplos positivos para o mundo. Infelizmente, também temos que frisar que existem algumas proposições que acabam atrapalhando isso, por terem, às vezes, uma visão equivocada, superficial e tendenciosa, como o PL antizoológicos.

Vou concluir a minha apresentação falando que os problemas são estes: dotações orçamentárias que só preveem custeio, incapacidade de investimentos, dependência administrativa e influência política. A solução é a independência



financeira e administrativa, a busca pela excelência e o foco nas funções dos zoológicos modernos. Essa é a contribuição da sociedade.

Muito obrigado, Deputado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Álvaro Antônio) - Muito obrigado, Dr. Cláudio Hermes, pela exposição.

Eu quero registrar também a presença do Deputado Daniel Coelho, membro desta Comissão.

Passo a palavra ao Deputado Daniel Coelho.

O SR. DEPUTADO DANIEL COELHO - Muito obrigado, Deputado Marcelo.

Primeiro, eu queria parabenizar V.Exa. Eu acho que o Estado de Minas Gerais estava ansioso por um Deputado que assumisse, como V.Exa. tem feito aqui na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, essa causa. Era impressionante que, em um Estado tão importante, com uma bancada tão numerosa, não houvesse um Parlamentar que tivesse a coragem que V.Exa. está tendo de tratar do tema. Então, parabenizo V.Exa. e a todos que compõem a Mesa.

Eu queria saudar as pessoas que vêm do meu Estado de Pernambuco para esta audiência — Goretti, Luciane, Nair, Bruno. Sejam muito bem-vindos à Câmara dos Deputados. Eles já tiveram um trabalho essencial junto à Comissão de Meio Ambiente e à CPI - Maus-Tratos de Animais.

Já foi comentado aqui pela Mesa, e o Deputado Tripoli também já tocou no assunto, que nós tivemos uma ação importante no zoológico de Recife, capitaneada pela Câmara, quando lá estivemos fiscalizando e observamos condições terríveis de maus-tratos aos animais. Por meio da ação de uma jovem, que eu também faço questão de registrar aqui, a bióloga Gabriela Leite, com outros militantes da causa animal, nós conseguimos criar um ambiente de pressão, e o zoológico do Recife tem passado por transformações. É evidente que não está tudo sanado, mas a própria filiação à Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil, que refaz o zoológico do Recife, já demonstra que as coisas estão mudando lá.

Isso não quer dizer que no Estado de Pernambuco tudo esteja acontecendo como gostaríamos. O Zoológico de Vitória de Santo Antão, uma cidade do interior do Estado, está fechado há 5 anos e ainda tem problemas graves com animais que lá estavam.



Debates sobre os zoológicos do Brasil são pertinentes, mas eu não posso deixar de registrar a opinião que tenho a respeito da existência dos zoológicos em si. Sabemos que no século XVIII os europeus levavam para lá índios da América do Sul, do Brasil, e os expunham, da mesma forma como hoje o ser humano faz com os animais.

Na minha opinião, o zoológico em si é inadequado, é equivocado, já parte do pressuposto da utilização do animal como objeto. Animal não é objeto de lazer. Aprisionar-se um gorila, que tem 98% do genoma parecido com o do ser humano, sem nenhum tipo de justificativa, e colocá-lo numa jaula é a mesma coisa que pegar um ser humano e prendê-lo durante a vida inteira sem ele nada ter feito. Esta reflexão não pode deixar de ser registrada aqui hoje. *(Palmas.)*

Eu sei que nós precisamos amadurecer como sociedade. Eu gostaria muito, na verdade, que os zoológicos fossem extintos em todo o mundo, mas sabemos que esse é um processo de convencimento. Começamos hoje com este debate, sobre o bem-estar, e aos poucos as pessoas vão acordar e se conscientizar do problema. Eu não tenho dúvida de que a geração do meu neto, enfim, as futuras gerações olharão para trás e acharão um absurdo o aprisionamento de animais, como a nossa geração acha em relação, lá atrás, à escravidão, ao aprisionamento de seres humanos.

Eu espero que esse trabalho de conscientização continue a ser feito pelas pessoas que estão aqui presentes hoje, por Parlamentares como V.Exa., como a Vereadora Carla, e como tantos outros que começam a aparecer em todo o País.

No mais, Deputado Marcelo, coloço-me, como sempre, à disposição dessa bandeira, dessa causa, porque é muito importante que nós continuemos essa fiscalização. Parabênizo também as instituições presentes.

Se não temos condições hoje, do ponto de vista do convencimento da sociedade, de acabar com os zoológicos em si, pelo menos vamos trabalhar para que nessas instituições haja dignidade, seja dado um trato adequado aos animais que, repito, continuam sendo injustamente aprisionadas pelo ser humano.

Parabéns pela audiência. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Álvaro Antônio) - Muito obrigado.



Quero agradecer ao Deputado Daniel Coelho as palavras. S.Exa. trouxe, com muita propriedade, essa realidade e uma mentalidade inovadora em relação aos animais. Certamente, como disse o Deputado Daniel, daqui a alguns anos os nossos netos, as futuras gerações vão olhar para trás e tentarão entender essa questão.

Como disse o Dr. Roberto Cabral, a diferença é que quando uma pessoa vai ao zoológico fazer uma visita — em média, uma vez por ano —, ela, depois, vai embora livre para casa, enquanto o animal permanece o ano inteiro preso na jaula. Essa é a diferença básica.

Eu quero também registrar algumas presenças importantes. Estão conosco o Prefeito de São Domingos do Prata, José Alfredo, o Vice-Prefeito, Rogério, e o Secretário, Ozeias, que têm tido uma preocupação muito interessante em relação a essa importante cidade do nosso Estado. Sejam bem-vindos a esta audiência. *(Palmas.)* Também está aqui a Vereadora Katia Dittrich, de Curitiba, no Paraná, eleita pela causa. *(Palmas.)* Está presente ainda a Vereadora Fernanda Moreno, de Mogi das Cruzes. Sejam bem-vindas. *(Palmas.)*

Certamente, daqui a pouco, vamos passar a palavra aos senhores.

Agora vou passar a palavra, para uma exposição, ao Dr. Luiz Tarcísio, que é Presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente — ABEMA.

O SR. LUIZ TARCÍSIO MOSSATO PINTO - Boa tarde a todos. Quero saudar o Deputado Marcelo e parabenizá-lo pela realização deste evento. Saúdo ainda os demais companheiros da Mesa.

Eu vou fazer um discurso um pouco diferente. Apesar de eu ter adorado a manifestação do Cabral e do Frank, eu vou fazer mais a defesa dos Estados na questão ambiental, principalmente no que se refere aos zoológicos e a um problema sério nos nossos Estados: os Centros de Triagem de Animais Silvestres — CETAS.

Esse assunto, Deputado Marcelo, tem que ser observado com muita calma no projeto de lei, porque às vezes atropelamos as ações por conta de uma certa ansiedade. Assim, depois, acaba ficando com os Estados e os Municípios a responsabilidade pelo tratamento, nessa linha, como aconteceu com a própria Lei Complementar nº 140. O Cabral sabe bem que, na questão de fauna, os Estados acabaram assumindo essa responsabilidade. O custo para você gerenciar um



CETAS ou um zoológico passa a ser muito alto, em média 1 milhão de reais por ano. E é difícil, às vezes, os Estados conseguirem sustentar o tratamento às espécies que são apreendidas e resgatadas de alguns acidentes.

Portanto, Deputado Marcelo, sempre que puder, peço que nos ajude. Os Estados devem continuar participando, através da ABEMA ou de outros Estados, com suas opiniões aqui.

Nós temos uma lei, de 1983, que trata da questão do zoológico. Ela tem que ser revista mesmo, porque tudo o que fica muito tempo sem ser debatido e reestudado torna-se defasado, e começam a ocorrer problemas cada vez mais sérios no País, principalmente na questão ambiental.

Quanto à situação atual, o nosso amigo Frank já disse mais ou menos como está. Nós temos, no Sudeste, 59 zoológicos e 8 aquários; no Nordeste, 10 zoológicos e 2 aquários; no Norte, 9 zoológicos; no Sul, 22 zoológicos e 1 aquário; no Centro-Oeste, 6 zoológicos. Desses zoológicos, 77 estão cadastrados no Sistema Nacional de Gestão de Fauna Silvestre — SISFAUNA do próprio IBAMA. O restante não tem esse cadastro, o que, às vezes, traz algumas dificuldades para nós, Cabral. Refiro-me, principalmente, ao Paraná e São Paulo. Queremos fazer a integração dos Estados e, como São Paulo tem um sistema diferente do SISFAUNA, não conseguimos fazer o intercâmbio de um zoológico para outro.

É importante saber, como já foi dito também, que 18% deles cobram pela entrada, mas 81% têm entrada gratuita. Quem cuida disso, geralmente, são os Municípios, o Estado, alguns particulares, fundações e outros membros. E há também a escassez de recursos. Nós, recentemente, em Curitiba — e está aqui nossa Vereadora —, tivemos um problema muito sério no zoológico, por dificuldade financeira para adquirir alimentação. Isso está superado, mas é algo que preocupa muito os Estados.

Outro fator que traz bastante preocupação é a falta de sensibilidade, a qualificação das pessoas que cuidam dos zoológicos. Não estou fazendo uma crítica de modo geral, mas em alguns deles não há pessoas especializadas para dar o tratamento que o zoológico merece. A falta de fiscalização é mais um incentivo para isso, além do dispêndio de energia, às vezes, com tarefas que não são da atribuição delas.



Eu, como Presidente de um órgão ambiental no Estado e Presidente da ABEMA, acho que o zoológico tem a função dele. Na minha concepção, o zoológico não deveria ser usado com a função de um CETAS, a não ser que ele tenha capacitação muito forte para isso. O zoológico precisa cuidar dos animais que são destinados para ele. Portanto, não deveria ter essa função de tratar animais para serem reabilitados e devolvidos à fauna novamente. É preciso dar um tratamento mais tranquilo, mais calmo para os animais que já estão lá. Para isso existe o CETAS, justamente quem tem de desempenhar esse papel. Esse trabalho acaba “embolando” muita coisa dentro de um zoológico e são desempenhadas tarefas que não são específicas dele. Por isso, vemos as dificuldades que são relatadas aqui hoje.

Em relação aos Estados, vemos como um grande problema a questão das atribuições, que, às vezes, não são debatidas diretamente com eles. Eu, como Presidente da ABEMA, tenho trazido essa discussão para dentro da associação. Os Estados têm que ser ouvidos, sim, pelas suas secretarias, pelos órgãos que fazem a fiscalização.

Concordo plenamente com as palestras, Cabral. O posicionamento de vocês e a defesa de avançarmos nisso é superimportante. Mas nós temos um grande passivo no País. Quando você trata de uma discussão para rever uma série de atividades, nós temos que colocar esse passivo junto, para resolver o que nós vamos fazer com ele. Não adianta criarmos uma legislação nova com um modelo novo de gestão dos zoológicos no País e esquecermos o passivo que lá existe. O que nós vamos fazer com isso depois? Então, essa é a preocupação dos Estados.

Eu agradeço por estar aqui presente e ter essa participação. Coloco a entidade ABEMA à inteira disposição de todos para fazermos o debate. O debate é importante porque, através dele, surgem novas ideias. E com novas ideias conseguimos construir coisas boas para o nosso País.

Obrigado, Deputado Marcelo. Estou sempre à disposição dos senhores.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Álvaro Antônio) - Muito obrigado, Luiz Tarcísio, pelas considerações.



Logo após os expositores fazerem as explanações, obviamente, vamos abrir a palavra para que os senhores possam contestar, concordar, discordar, criticar. Estamos aqui exatamente para fomentar o debate.

Vou passar a palavra à Sra. Beatriz Emilia, que é advogada e Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão da Associação Brasileira de Advogados — ABA.

A SRA. BEATRIZ EMILIA BARTOLY - Boa tarde a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite e de pedir desculpas a todos, em especial ao grande Aristóteles, pois eu não sou um ser político, não tenho talento para a política e não tenho habilidade nenhuma para ser politicamente correta. Então, vou falar o que eu penso. Espero não ofender ninguém e sair daqui viva.

Aproveitando o que foi dito, a primeira questão é sobre a Princesa Isabel, uma mulher muito boa, com o coração de ouro. Por amor aos negros, ela os libertou. Vocês acreditam nessa história? Eu não. Ela libertou os negros por interesses políticos e os jogou no olho da rua, chutados da senzala, sem nada, com as mãos abanando.

Eu tenho medo de que isso seja feito com os animais. Afinal de contas, o Brasil está quebrado, falido. Manter os zoológicos é um grande fardo para o Estado, de maneira que talvez seja um bom negócio ele se livrar dos animais, jogá-los no meio da rua e fechar os zoológicos.

Por isso, sempre me pergunto se as pessoas são movidas por bondade, por amor aos semelhantes e aos animais ou por interesse. Nós sabemos o que é o Brasil e sabemos o que está por trás de todas as instituições do País. Aliás, sabemos o que está por trás de cada um de nós. Se fôssemos flores que se cheirassem, não teríamos nascido aqui, estaríamos na Suécia.

Vamos combinar que o que existe por trás de tudo no nosso País é um grande empurrar de assuntos que não interessam. Animais e vida humana não interessa. Então, é ótimo que nós possamos privatizar os zoológicos, botar todos aqueles trabalhadores no olho da rua e entregar todos esses animais à tutela da iniciativa privada.

Só que, por mais que hoje tenhamos ódio dos políticos, a corrupção não é prerrogativa da classe política, não é prerrogativa das carreiras do Estado, não é



prerrogativa do Estado. A iniciativa privada também é corrupta. Entregar os animais ao poder da iniciativa privada, sem nenhuma fiscalização, é trocar seis por meia dúzia, o que me preocupa muito. Também me preocupa muito que interesses trazem esse assunto à pauta do dia, agora, diante do que acontece no País. Por isso, nós temos de pensar com muita tranquilidade, com muito cuidado e com muita responsabilidade o final que nós queremos dar a esses animais.

Nós defendemos um novo ramo do Direito, o Direito Animalista, que nem sempre trabalha em consenso com o Direito Ambiental. O Direito Ambiental é ecocêntrico, porque se preocupa com o meio ambiente, e antropocêntrico, porque se preocupa com os seres humanos. O Direito Animalista é biocêntrico, porque se preocupa com a vida em todas as suas formas, o que inclui a vida humana.

Por nos preocuparmos com os seres humanos, nós nos preocupamos com os animais, porque somos uma cadeia de vida, uma comunidade biótica, onde todos têm que ser responsáveis uns pelos outros, onde dever haver compromisso e solidariedade. Isso inclui essas pessoas que trabalham nos zoológicos, porque não são todas desqualificadas.

Eu vi pessoas humildes, que não tinham o que comer, dar a vida por esses animais dentro do Zoológico de Brasília. E não há ninguém que fale por elas. Essas pessoas não têm, por exemplo, a proteção de associações de médicos veterinários, que têm muito mais articulação para defendê-las, nem de associações de biólogos ou coisa que o valha. Elas estão sozinhas, largadas, tão esquecidas quanto os animais dos quais elas cuidam.

Portanto, a primeira questão que eu gostaria de trazer diz respeito ao Direito Animalista, de nós nos reconhecermos como animais, de reconhecermos a necessidade de nos responsabilizarmos uns pelos outros, de não nos vermos como apartados da cadeia biótica. Somos todos animais, dependemos uns dos outros: humanos de humanos, humanos de animais, animais de todos nós, porque tomamos decisões que afetam a vida deles.

Outro ponto importante é pensarmos sobre esse diálogo com a advocacia animalista e nos questionarmos sobre a necessidade de uma mudança paradigmática, em que o biocentrismo tome conta, inclusive, das comissões de meio



ambiente. O mais importante não é discutir desenvolvimento sustentável, mas debater o compromisso com a vida, acima de tudo.

Nós sabemos no que deu o desenvolvimentismo, inclusive em nosso País. Em nome do desenvolvimento, passa-se por cima de direitos fundamentais; em nome do desenvolvimento, escraviza-se; em nome do desenvolvimento, subtraem-se direitos da população. É isso o que está acontecendo hoje no País.

Por isso, nós temos que pensar o que são os zoológicos. Como disse o companheiro Cabral, o mais importante em um zoológico é pesquisa e educação. E que educação está sendo dada na maior parte dos zoológicos brasileiros? Não é uma educação animalista, não é uma educação que faça cidadãos respeitosos, cidadãos solidários, cidadãos que se responsabilizam pela tutela da vida em todas as suas formas.

Isso também não significa que nós vamos demonizar os zoológicos. É possível uma boa gestão sob os olhos da sociedade civil, e não do Ministério Público, da polícia ou dos políticos. Até que se declare estado de exceção no País, o que não falta muito para acontecer, nós somos o povo, soberano, titular do poder. Enquanto vivermos sob o que resta da égide de um Estado de Direito, nós é que temos de assumir, inclusive, a responsabilidade pela gestão dos zoológicos. Isso tem que estar debaixo dos nossos olhos.

Será que transformá-los em santuários, longe dos nossos olhos, não vai ser pior? O crime organizado transnacional trafica animal silvestre no Brasil. Não é só o zé ninguém da esquina que vende animal na Feira do Rolo. Há organizações criminosas transnacionais fazendo tráfico de animal silvestre. Isso passa por dentro dos jardins zoológicos. A mesma rota de tráfico de drogas faz tráfico de animal silvestre, de madeiras nobres, de minerais. E são organizações criminosas transnacionais, que atuam em conjunto com as nossas organizações.

O assunto tem que estar na pauta do dia. E não há só tráfico de animais silvestres, mas tráfico de material genético. Se há dúvida a esse respeito, consultem a Escola de Guerra Naval, que tem um grupo de estudos sobre guerra biológica e bioterrorismo. E não se esqueçam de que nós somos uma população miscigenada, perfeita para teste de armas biológicas.



Somos o País com a maior diversidade biológica do planeta. Nenhum lugar do mundo é melhor para teste de armamento biológico do que o Brasil. Isso está também na caixa-preta dos jardins zoológicos. Não se trata só de tráfico de animais. Há muito mais do que isso, mas não vem à tona no País, embora os criminólogos já tenham alertado, há mais de 3 décadas, sobre a permeabilidade do Brasil à ação das organizações criminosas transnacionais, dentre elas algumas especializadas em crime ambiental, que atuam livremente por aqui. E os animais estão na pauta do que é feito na caixa-preta dos jardins zoológicos.

Por isso, temos que discutir não só a finalidade dos jardins zoológicos. A finalidade não está sendo cumprida, e é preciso discuti-la antes de se propor a extinção, a privatização ou a simples conversão dos jardins zoológicos em santuários. Nós não sabemos de que maneira eles vão ser regulados, de que maneira vão ser gestados e quem vai estar à frente disso. Mas também é preciso discutir se o momento é oportuno.

Desculpem-me, mas eu não tenho a crença de que o ser humano é bom por natureza. O ser humano é bom e manifesta o melhor de si quando outro ser humano está junto dele, quando nos policiamos mutuamente. Então, o que está por trás disso? Muitos dos zoológicos do País estão em áreas cobiçadas pela especulação imobiliária. Será que a ideia não é simplesmente se livrar dos zoológicos e entregar essas áreas para a especulação? Que interesses estão por trás dessas discussões? Não dizem os policiais para seguirmos o rastro do dinheiro?

Vamos nos questionar, em primeiro lugar, sobre quem tem interesse na manutenção dos zoológicos. Existe alguma coisa errada na falta de sustentabilidade dessas instituições. Vamos nos questionar, em segundo lugar, sobre quem tem interesse na extinção dos zoológicos. Há interesses econômicos nisso. Vamos nos questionar, em terceiro lugar, sobre quem tem interesse nos tais santuários. Eu quero ter certeza de que eles funcionam a contento, de que não são outra arapuca em que os animais serão submetidos a maus-tratos. Até que se prove o contrário, continuo achando que pode ser a troca dos seis por meia dúzia.

Para que nós sociedade possamos realmente tomar uma decisão, temos que assumir a responsabilidade. Sem os nossos olhos em cima, nada que preste surgirá dessa discussão. Nós é que temos de tomar decisões, investigar e descobrir quem



são os interessados, quem vai lucrar com o jogo político. E nós temos que peitá-los em defesa dos poucos Parlamentares honestos, íntegros e decentes que ainda existem nesta Casa e em outras casas legislativas.

Dizer que todos são farinha do mesmo saco é simplesmente assinar embaixo de tudo que está acontecendo neste País. Quando não respeitamos aqueles que realmente honram o cargo que ocupam, estamos dando carta branca aos bandidos de plantão. (*Palmas.*) Há Parlamentares honestos, que não vão fechar as portas dos seus gabinetes, para que os nossos olhos estejam ali, fiscalizando e controlando.

Se nós dependermos do IBAMA, o senhor sabe que estamos fritos. Por quê? Por que não existem pessoas honestas lá dentro? Não, porque as pessoas honestas lá dentro têm que comprar cartucho de impressora com o próprio salário, porque não têm condições de trabalho. Além disso, são em pouco número, são insuficientes, de maneira que a única solução viável somos nós.

Não podemos ser ingênuos com o jogo político que está sendo jogado no País hoje. A existência de interesses é o que explica todas as iniciativas. E esses interesses são legitimados pela nossa presença, pelo nosso silêncio ou pela nossa fala conivente. E nós como titulares do poder soberano não podemos ser coniventes com aquilo que está errado. Por isso, se nós não soubermos, em primeiro lugar, quem lucra com as propostas que estão sendo apresentadas, nós não vamos ter como filtrar o que está sendo dito e não vamos ter certeza de que essas propostas não são enganadoras.

Quando eu presidi a Comissão de Defesa dos Direitos dos Animais da OAB/DF, eu bati à porta do Ministério Público do Distrito Federal e do Ministério Público Federal, e ambas as portas se fecharam para mim. Não confio no Ministério Público, prefiro confiar nos políticos. O político eu derrubo com voto, o Ministério Público é como rei: tem direitos vitalícios.

A omissão do Ministério Público é também uma das responsáveis por muito do descaso que está acontecendo com os nossos animais. As Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural — PRODEMAS não são ativas e não são responsáveis na maior parte do País (*palmas*), com raríssimas exceções. Os promotores que estão à frente delas são omissos na causa animal. Nós só podemos nos fiar em nós mesmos na defesa desses nossos amigos de



quatro patas, cinco patas, oito patas ou sem patas, com asa ou sem asa, rastejantes ou voadores.

Para chegarmos a esse ponto, acima de tudo, nós precisamos filtrar o próprio movimento animal. Nem todo mundo que está envolvido com a causa animal o faz por bons motivos. Existe muito ego nesse meio, há muita divisão, todo mundo quer mandar mais do que todo mundo, e isso enfraquece o movimento. É preciso, mais do que nunca, que tenhamos coerência e humildade para reconhecer que nenhum de nós é perfeito nas nossas lutas e que não podemos monopolizar a causa animal para organizações, entidades, ONGs ou sei lá o quê a que nós pertencemos.

Isso vai nos exigir dor, e a dor ensina. Nós vamos sofrer muito neste País nos próximos anos — muito mesmo! Vamos ter uma vida equivalente à vida animal. E, talvez, isso seja libertador para ambos, para os animais humanos e os não humanos.

Encerrando, eu gostaria de trazer para os senhores uma historinha. Eu não lembro agora se foi o Afonso Arinos quem a contou. Foi na ditadura Vargas. É sobre um prisioneiro político numa ilha no Rio de Janeiro, que não era nem a Ilha Grande nem a Ilha Fiscal. Havia um calabouço e, quando a maré subia, as pessoas se afogavam. Então, o advogado, que agora eu não lembro quem foi, entrou com mandado de segurança, com pedido de *habeas corpus* para o prisioneiro. Foi denegado o *habeas corpus*, e ele voltou para casa sabendo que no dia seguinte a maré ia subir e a pessoa ia se afogar. Ele pensou: “*Gente, ele já está em condições sub-humanas, vai simplesmente morrer. Condição sub-humana, como é que é? O Getúlio assinou um decreto em defesa dos animais*”. Ele ingressou com novo pedido de *habeas corpus*, fundamentado no decreto de proteção aos animais, e conseguiu tirar o sujeito de lá.

É isto o que todos somos: animais. E nós vamos ser reduzidos à animalidade pura em nosso País. E, talvez, para que nos reergamos como sociedade humana, nós precisaremos passar na pele o que os animais passam. E para sairmos da condição em que eles estão talvez tenhamos que nos ajudar e ajudar a todos eles.

Um dia, quem sabe, este País vai ser realmente um país melhor.

Obrigada. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Álvaro Antônio) - Muito obrigado, Dra. Beatriz Emilia, que trouxe aqui considerações fortes e importantes para que haja uma reflexão bem ampla sobre esse debate da causa animal. Citou também alguns fatos preocupantes, graves, em relação aos zoológicos, trazendo à luz e à atenção o motivo real da extinção dos zoológicos. Aqui não fizemos ainda a proposta da extinção, mas sim de um novo conceito, no sentido de se mudar a visão que hoje se tem da exposição do animal.

Acredito que têm que ser aprofundadas, e muito, as denúncias. Eu acho até que posso chamar de denúncia a questão de como hoje os próprios zoos estão sob suspeita, inclusive de tráfico de animais. Eu acredito que, se há tráfico de animais, pode também estar correndo mala de dinheiro e uma série de outros fatores que precisam ser apurados com todo o rigor.

Vou passar a palavra para a Dra. Carla Sassi.

A SRA. CARLA SASSI - Boa tarde a todos. Quero agradecer imensamente ao Deputado Marcelo, porque Minas Gerais estava carente de um Deputado em Brasília que abraçasse a causa, como ele vem fazendo. E, por intermédio do Deputado Marcelo, cumprimento os demais membros da Mesa.

Antes de tratar de alguns assuntos que pontuei, eu queria agradecer imensamente aos protetores, que, mais uma vez, se deslocaram para Brasília. Desde 2013 estamos nos encontrando aqui, arduamente, sempre em agosto. O primeiro encontro, se não me engano, foi em fevereiro de 2013, debaixo de chuva. Vocês são realmente guerreiros. Eu sei que não é fácil cada um sair da sua terra. Mas é um prazer imenso poder encontrar cada um de vocês todos os anos em Brasília por uma causa que ainda não é tão valorizada em nosso País. A luta é grande, mas não temos medo do confronto, senão não estaríamos aqui novamente.

Eu não estava com a fala preparada e fiz só algumas pontuações. A minha especialidade, depois que eu me graduei em Veterinária, foi na área silvestre, em clínica cirúrgica de animais silvestres. Trabalhei no CETAS de Viçosa. Durante a minha graduação, metade do estágio curricular foi no Zoológico de Belo Horizonte e metade no Centro de Reabilitação de Animais Silvestres de Campo Grande. Eu quis ver, de um extremo ao outro, como isso funcionava.



Realmente, a situação atual que encontramos no País é triste. A legislação é antiga, precisa ser revista e não é cumprida. Quem tem que fiscalizar, muitas vezes, não fiscaliza ou faz vista grossa, porque não há o que fazer com aquele animal. Isso é do conhecimento de todos nós.

Algo que me assusta um pouco são os altos investimentos que temos no País para a reprodução de espécies exóticas, e essas espécies exóticas continuam em cativeiro, apesar de dizerem que são participantes de um projeto de manutenção da espécie.

E um questionamento que eu queria fazer, porque não encontrei a resposta ainda, é sobre as espécies nativas do País, dos nossos biomas, que estão sendo reproduzidas em cativeiro e devolvidas à natureza. Há um projeto efetivo de reintrodução dessas espécies nos locais onde elas foram extintas ou estão quase extintas, ou, mais uma vez, elas estão sendo moeda de troca em permuta com os animais que estão nascendo em cativeiro?

A fauna nativa brasileira, como todos sabem, vem padecendo não só pela questão do tráfico, mas também pelo desmatamento e por atropelamentos em nossas estradas.

Foi dito aqui que os CETAs estão sucateados. Os CETAs hoje, no Brasil, estão mais sucateados do que os zoológicos. Os animais silvestres acidentados no País muitas vezes não têm para onde ir e ficam à mercê da boa vontade de alguma clínica particular. São raríssimos os zoológicos que aceitam cuidar deles, como é o caso do Zoológico Pomerode; são raras exceções. Hoje, os animais silvestres atropelados no País — e estou falando da nossa fauna, dos nossos animais, que deveríamos estar defendendo — ficam pulando de galho em galho, porque efetivamente não tem alguém que os receba, faça o tratamento adequado e os encaminhe para reprodução. Muitas vezes, eles vêm a óbito por falta de um atendimento veterinário decente. Eu falo isso porque eu atendo os animais da minha região e sei da dificuldade que temos hoje no Brasil inteiro.

Foi mencionado o Sistema Urubu. O Sistema Urubu é um aplicativo de celular. Quem não o tem precisa adquiri-lo, porque ele é importantíssimo para o levantamento da nossa fauna. Com ele dá para mostrar efetivamente quantos animais estão morrendo nas nossas estradas.



Um problema gravíssimo dentro dos zoológicos e que não foi levantado aqui diz respeito à fauna doméstica. Dentro da maioria dos zoológicos do Brasil temos problemas com cães, com gatos, com pombos e com animais silvestres contaminados por algumas zoonoses, como, por exemplo, a leishmaniose. Isso não foi mencionado, mas é uma realidade grave no País. Por que os animais domésticos com leishmaniose têm que ser submetidos à eutanásia? E eles estão aí. Sabemos que existem animais contaminados nos nossos zoológicos, e o que está sendo feito efetivamente quanto a isso?

Quero ressaltar aqui que, quando eu fiz estágio, tanto no CRAS de Campo Grande, como no Zoológico de Belo Horizonte, conheci profissionais maravilhosos, biólogos, veterinários. O programa de condicionamento animal feito no Zoológico de Belo Horizonte pela bióloga Cynthia Cipreste para ajudar a diminuir o estresse é o ideal? Não, mas é um trabalho que se destaca por amenizar o sofrimento desses animais. E tive o prazer de fazer um curso com ela, profissional maravilhosa.

Há também veterinários que se dedicam dia e noite por esses animais que estão sendo expostos nos nossos zoológicos. E vi também tratadores — que, por serem tratadores, tiveram a oportunidade de estudar — se tornarem veterinários ou biólogos, e hoje, muitos deles, são os que estão lutando pela melhoria de vida desses animais.

Falou-se sobre o Ministério Público. Em Minas Gerais nós temos o Grupo Especial de Defesa da Fauna — GEDEF, em que há promotores fazendo um trabalho espetacular de fiscalização contra maus-tratos. Eles estão com um material riquíssimo. Já participei de várias reuniões e constatei que realmente são como a Promotora Dra. Luciana Imaculada, que, posso garantir, desenvolve um trabalho muito sério.

Mas, infelizmente, em Minas Gerais, há pontos que ainda não conseguimos derrubar. Na Meia Maratona Internacional de Belo Horizonte, na Pampulha, 3 mil corredores, em média, passam dentro do zoológico. E foi alegado que esses corredores passando dentro do zoológico causam menos estresse do que a visita de 10 mil pessoas durante o final de semana. E é aí que eu quero chegar: essas pessoas estão indo visitar os animais sem nenhum conhecimento de causa. Chegam lá, acham bacana, os animais estão ali, olham o elefante durante 2



minutos, e saem de lá achando tudo lindo! A visão do brasileiro é a de que dentro do zoológico a vida dos animais é linda, porque eles têm o alimento, eles têm o ambiente, eles têm o abrigo. E nós temos que mudar essa concepção.

Portanto, gostaria de sugerir, Deputado, a elaboração de um projeto de lei que faça com que as reais funções dos zoológicos e dos animais ali presentes sejam obrigatoriamente apresentadas em sala de aula, porque, a partir daí, as crianças e os adolescentes terão a verdadeira noção do que é um zoológico. A minha cidade fica a 100 quilômetros de Belo Horizonte, e, quando é dito que vai haver viagem para o zoológico, as crianças ficam loucas, elas adoram. Muitos professores me chamam, às vezes, para dar uma palestra antes de as crianças irem ao zoológico, e algumas delas até mudam de ideia depois de me ouvir. Elas já começam a ver o zoológico com outros olhos, porque eu mostro o que realmente é um animal de vida livre e um animal no zoológico. Portanto, acho importante ter o assunto em sala de aula como pauta, com professores realmente capacitados, dizendo: *“A função do zoológico é esta; os animais estão ali por isso”*.

Nós chegamos a um ponto da defesa animal no País em que ela é animalista, ou seja, realmente queremos o melhor para esses animais. E a exposição deles por si só é inadmissível nos dias de hoje.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Álvaro Antônio) - Muito obrigado, Dra. Carla Sassi, veterinária e Vereadora da cidade de Conselheiro Lafaiete, pelas suas considerações.

Agora, vou passar a palavra a Frank Alarcón, biólogo e membro fundador do Instituto Luisa Mell, de assistência aos animais e ao meio ambiente.

O SR. FRANK ALARCÓN - Boa tarde a todos! Agradeço ao Deputado Marcelo Álvaro, Presidente desta Comissão, o gentil convite. Em meu nome e no do Instituto Luisa Mell, saúdo todos os ativistas e protetores que aqui se encontram.

Faço uma pequena correção: não sou sócio-fundador do Instituto, sou membro fundador, porque somos uma organização não governamental sem fins lucrativos. Todos são voluntários, ninguém recebe salário, apenas a equipe veterinária e as pessoas que cuidam do abrigo dos animais que resgatamos e recuperamos.



Em nome do Instituto Luisa Mell, vim aqui para tentar, de alguma maneira, contribuir com este debate sobre aquários, zoológicos e cativeiro, no sentido de apresentar alguns pontos que certamente não serão novidade, mas que podem ajudar a reforçar, principalmente junto aos Parlamentares e àqueles que nos assistem, por que é errado manter um animal em cativeiro.

Tenho dois materiais para mostrar: um vídeo muito curto, de 1 minuto, e pequenos trechos de um parecer que recentemente elaborei a pedido de uma entidade de proteção aos animais, a Federação das Associações e Organizações Não Governamentais, Sociedade Protetoras dos Animais e Sindicatos de Profissionais da Proteção Animal do Estado de São Paulo — FAOS/SP. Esta entidade estava justamente buscando levantar o quadro psíquico e físico e as condições de cativeiro de dois elefantes naquele momento cativos no Zoológico do Rio de Janeiro, que tantas pessoas aqui já mencionaram como sendo um mau exemplo de zoológico.

Eu tenho o posicionamento pessoal de que o zoológico, por si só, é um mau exemplo. Manter um animal cativo vai de encontro a todo o conceito primordial de reconhecimento daquele outro, o animal, como um ser, como um ente portador de riqueza cognitiva, psíquica e emocional que nós não conseguimos avaliar.

Quando eu digo que os animais de todas as ordens — aquáticos, terrestres, grandes, pequenos, alados, rastejantes — são dotados de uma riqueza, de uma visão de mundo muito peculiar, muito particular, refiro-me a algo parecido com o que vou mostrar no vídeo, que eu peço à colega que acione para mim. Ele possui algumas pequenas legendas em inglês, mas que são de fácil compreensão.

(Exibição de vídeo.)

Aqui, temos um elefante africano e um filhote, que ficou entalado numa vala, num canal, e um leão aproxima-se, no caso uma leoa, obviamente vendo ali uma possível presa. A mãe fica desesperada ao avaliar a presença de um potencial predador e, desesperada em retirar o filhote daquela situação, consegue receber ajuda do restante do grupo ao ela qual pertence. Todos os elefantes, ou muitos deles, aproximam-se, tentando resolver a questão do filhote, que, na verdade, é um ativo genético muito importante para aquele grupo, porque, afinal, ele é um ser em



desenvolvimento que pode ser o futuro líder da manada. A mãe, então, auxilia o filhote a sair dessa vala.

Os senhores poderão ver, pelas imagens anteriores, que outros elefantes foram em auxílio desta mãe que estava pedindo ajuda, justamente para manter o potencial predador — neste caso, predadora, uma leoa, que é quem normalmente faz a caça — longe da potencial vítima. Novamente, o filhote restabelece o equilíbrio físico, reúne-se à manada, e temos aqui, neste caso, um final feliz.

Por que eu mostrei esse vídeo? Como nós sabemos, os zoológicos no País e no mundo têm como parte do seu ativo, do seu chamariz para o público, grandes animais. Quando se diz que os zoológicos atraem a visita de turistas ou de habitantes locais ou estrangeiros, normalmente se está dizendo que o elefante, os grandes felinos, os grandes primatas, o rinoceronte ou qualquer animal de grande porte são chamarizes para que as pessoas visitem o zoológico.

Agora há pouco, o colega que representa a sociedade dos zoológicos brasileiros exibiu uma campanha enaltecendo a importância da conservação, da preservação, do resgate e da proteção do mico-leão-dourado. É um vídeo muito bem produzido, com locução muito cativante. Mas percebam que estamos falando ali de um animal muito pequeno, quase críptico, ou seja, que vive se escondendo, praticamente do tamanho de um esquilo, cujas imagens foram todas captadas com uma lente telescópica. O visitante que chega ao zoológico terá muita dificuldade de ver aquele animal. Convenhamos, eu diria sem chance, ou com uma chance razoável de acertar, que talvez de oito a nove em dez visitantes estão indo ao zoológico para ver os animais grandes, seja o urso-polar, seja o gorila, seja o rinoceronte, seja o hipopótamo, aqueles que chamam a atenção. Os animais pequenos — as aves, os micos, os musaranhos, as lontras — são aqueles que normalmente não despertam a atenção dos visitantes. E mesmo os animais grandes, de maior porte, que eventualmente chamam a atenção dos visitantes, encontram-se mais ou menos nessa condição.

Peço à colega que abra um arquivo em PDF de um pequeno parecer, do qual não vou entrar em detalhes, sobre a avaliação do estado de dois elefantes — no caso, não são elefantes africanos, são elefantes asiáticos — no Zoológico do Rio de Janeiro.



Aqui temos a área total do zoológico — é uma imagem de satélite. Esse pequeno retângulo amarelo é a área em que estão concentrados dois elefantes fêmeas.

Esse pequeno parecer mostra, de maneira muito sucinta, o ambiente em que esses animais se encontram. Percebam que esse recinto está cercado por pontas metálicas que emanam do chão, justamente para inibir que o elefante ultrapasse aquela área. Uma pequena vala separa o recinto do animal, do elefante, do público que o visita.

Os elefantes do Zoológico do Rio de Janeiro estão localizados ao lado da praça de alimentação, que normalmente é uma área barulhenta. Eventualmente, as pessoas podem jogar comida ou pedaços de plástico para esses animais. E esses dois elefantes estão separados por essa tora de eucalipto.

Percebam, na imagem lá em cima, que a área na qual esses elefantes estão contidos não é muito diferente de 20 metros por 40 metros. Agora, vejam bem: no vídeo que há pouco eu apresentei, vocês viram a riqueza comportamental, cognitiva e psíquica desses animais. E de repente nós vemos esses animais separados por uma tora de eucalipto, num espaço absolutamente desprovido de qualquer estímulo mental, com elementos que são perigosos à sua integridade física e emocional.

Neste caso em particular, quando eu fui fazer a visita aos elefantes, crianças se aproximaram para acompanhar, transitando naquela região. Foi muito curioso o que ocorreu: quando eu cheguei e estava sozinho, o elefante se aproximou, talvez me confundindo com o seu tratador ou alguma coisa parecida, mas, no momento em que as crianças se aproximaram, o elefante imediatamente se dirigiu para a parte traseira do seu recinto, que basicamente é um gramado, é chão batido. Por quê? As crianças, é claro, não têm a mínima noção do que estão fazendo lá, elas foram levadas, mas as crianças, num comportamento absolutamente natural, gesticulam muito, fazem barulho, usam roupas coloridas. Não há nada de errado nisso, elas são crianças. Mas aquele animal, que já é vítima de estresse constante e de um histórico muito terrível, de maneira alguma está se sentindo bem ou pelo menos neutro diante da presença desses visitantes. As crianças, é claro, não ficaram lá mais do que 1 minuto, olhando e fazendo barulho, acompanhadas dos pais ou dos responsáveis. E o animal vive essa condição 24 horas por dia, durante toda a existência.



Ninguém pode me dizer ou querer me convencer de que se trata de um procedimento que visa educar o público. Acho que isso é fácil perceber.

Eu vou mostrar um detalhe para vocês: aqui vemos dois animais — e não vou entrar nos detalhes sobre a alimentação deles — tentando se comunicar através da parede que os separa. Eles ficam tentando fazer contato físico através das suas trombas, contato esse que é impedido para esses animais na sua rotina. Aqui está o cartaz que indica que animal está contido naquele recinto: o elefante asiático. Aí está a ferramenta de educação ambiental do Zoológico do Rio de Janeiro. Vocês acham que alguém vai se sentir reconectado à natureza ou à vida selvagem, ou vai sair com um conhecimento absurdamente enriquecido depois de ler uma placa dessa natureza e depois de ver elefantes nessas condições? Eu acho que a resposta é “não”.

O que os zoológicos nos ensinam, principalmente quando observamos o cativeiro de animais de grande porte, é que esses animais vivenciam uma experiência tão indigna que, se nós não queremos vê-los nessa condição, então devemos nos engajar com maior empenho na conservação ambiental ou na mudança dos nossos hábitos. É isso o que o zoológico nos ensina: através da tortura, da dor, do sofrimento alheio, nós percebemos que estamos fazendo algo muito errado com o nosso planeta e com esses animais, a ponto de eles ficarem trancados num ambiente como aquele.

Agora vejam: zoológicos ou entidades que os representam — e aí existe um conflito de interesses muito grande, porque se elas os representam significa que têm interesse em representá-los de alguma forma, em defendê-los; existe um conflito de interesses muito óbvio — dizem que querem reconectar o público àquela experiência, mas agora há pouco o colega Cláudio, que está ao meu lado, disse que apenas 18% da receita de um zoológico advêm de ingressos. O resto da dotação orçamentária vem do poder público. Ou seja, vimos que o dinheiro que sustenta o zoológico não vem do público, ainda que esse público seja intenso, uma vez que a visitação é gratuita. Então, será que realmente cabe a essas representações, ainda assim, sustentar a manutenção da exposição de animais?

Eu acho que boa parte das pessoas que se manifestaram aqui concorda que expor animais ao público é algo absolutamente incorreto e inadequado, até porque



nós não estamos oferecendo nenhum aprendizado decente a esse público com o cativeiro desses animais. É muito fácil observar, hoje, que uma criança ou um adolescente consegue obter, num intervalo muito pequeno de tempo, uma quantidade de conhecimento muito maior assistindo a um documentário do *National Geographic* do que visitando um zoológico e ficando 30 segundos, 40 segundos diante de um animal. (*Palmas.*)

Na condição de biólogo, eu tive oportunidade de visitar vários zoológicos, seja durante a graduação, seja fora da faculdade. Diria que as pessoas que aprendem alguma coisa com o cativeiro daqueles animais são os profissionais que estão diretamente envolvidos no seu cuidado, principalmente na sua reabilitação, visando à soltura. Os animais de grande porte não vão ser soltos na natureza. Os únicos animais soltos na natureza, normalmente, são os de pequeno porte, pela facilidade de manejo e pela facilidade logística de administrar o seu processo de reabilitação. Os animais de grande porte são prisioneiros, eles vivem dentro de uma colônia penal. Nós transferimos para eles a responsabilidade de talvez gerar receita para sustentar aquela prisão em que são mantidos contra a sua vontade. Ou seja, é um completo absurdo.

Um dos pontos que eu queria frisar na minha fala é que a exposição de animais em zoológicos deve ser imediatamente abolida, uma vez que ela não se presta a trazer nenhum aspecto positivo à sociedade. Do ponto de vista educacional, é uma falácia sem tamanho. Do ponto de vista de receita — e tivemos os dados confirmados —, 18% realmente não vão ser suficientes para manter esses estabelecimentos na integridade logística de sustentação de insumos e outros aparatos.

Aliás, a questão dos zoológicos, como bem disse a colega, é uma caixa-preta. Nós não temos condições, hoje, de dizer com certeza quantos animais morrem dentro de um zoológico. Vamos usar o exemplo dos aquários. O Aquário do Pantanal, recentemente, registrou a morte de cerca de 6 mil animais, praticamente metade do seu plantel, antes de ser inaugurado. O Aquário começou custando 86 milhões de reais, depois seu orçamento passou para 170 milhões de reais, e terminou custando 240 milhões de reais. Muitos animais morreram nesse transcurso, alocados em tanques armazenados dentro da sede da Polícia Militar daquele



Estado, naturalmente, com pessoas que não são capacitadas para averiguar a estabilidade psíquica e física daqueles animais.

Tomemos o exemplo do Aquário do Rio de Janeiro. Há questão de dias, eles comemoraram o visitante de número 1 milhão. Os ingressos cobrados naquele estabelecimento orbitam entre 40 reais e 80 reais. Parte da renda daquele estabelecimento também advém da venda de ursinhos de pelúcia, de *souvenires* ou qualquer coisa do gênero. Vocês acham que faz sentido manter uma série de animais cognitivamente complexos — volto a dizer — presos em tanques, tanques esses que inclusive serão abertos para a visita dos seus frequentadores, para que possam encostar nas arraias, encostar nos tubarões? Vocês têm coragem de me dizer que isso é uma coisa absolutamente normal? Você está educando para quê? Para o que você está capacitando esses visitantes que vão pagar alguns trocados a mais por esse tipo de experiência? E mais: quantos animais já morreram na montagem, na criação daquele aquário? Nós não sabemos.

Os zoológicos e os aquários são uma caixa-preta. Isso deveria ser fortemente investigado, até porque boa parte da dotação orçamentária desses estabelecimentos é dinheiro público, é dinheiro resultante dos impostos que todos nós pagamos.

Não bastasse isso, os animais que normalmente são resultado de programas de acasalamento — filhotes acabam nascendo — funcionam como moeda de troca entre instituições. E isso é indigno de uma maneira tão óbvia que são desnecessárias maiores explicações. Além do mais, sabemos que, em alguns zoológicos, excedentes de animais que são resultado de acasalamento muitas vezes são executados. Vocês devem se lembrar daquele caso polêmico, na Dinamarca, de uma girafa que acabou sendo executada, inclusive na presença de várias crianças, justamente porque era um excedente. O custo logístico e financeiro de transportar esse animal para outra instituição não valia a pena. Então, acharam que era melhor sacrificar aquele animal. Sacrificar é uma palavra muito equivocada, porque não há nada de sacro ou de santo ou de divino em executar um animal com esse fim. Um animal foi executado porque ele era um excedente. Sabemos de vários casos envolvendo outras espécies, em outros zoológicos do mundo.

No Brasil há 122 zoológicos. Desses, 65 ou algo dessa ordem estão localizados em São Paulo, que é um Estado bastante rico. E mesmo no Estado mais



rico da Federação há zoológicos em petição de miséria. O que vocês acham que os zoológicos de outros Estados, de outras cidades vivenciam, ainda mais se a dotação orçamentária desses entes é proveniente do poder público?

Não quero me estender, porque tenho 1 minutinho para abordar esse assunto. A ideia de que os zoológicos têm uma função de conservação também é equivocada. A conservação dos animais deve ocorrer fora do zoológico. Nós devemos conservar as APA, as Áreas de Proteção Ambiental, e manter a integridade daquele espaço que os animais normalmente utilizam.

Para que vocês tenham uma ideia de números, pergunto: quantos quilômetros um leão anda por dia? Ele anda cerca de 10 quilômetros por dia em ambiente normal e normalmente precisa de uma área de 20 quilômetros a 200 quilômetros quadrados para exercer características natas da sua biologia. No entanto, quando vamos a um zoológico, encontramos o leão preso em um recinto que talvez seja equivalente a um quarto da área desta Comissão. Com elefantes ocorre a mesma coisa. Eles precisam de uma área de 400 quilômetros quadrados para exercer um pouco da sua natural biologia. Nós vimos um urso-polar em São Paulo, nós vimos ursos na Região Nordeste do País, num calor de 40 graus, mantidos em cativeiro. Isso é absolutamente indigno.

Eu acho que qualquer pessoa que pretenda defender esse tipo de posicionamento está passando uma mensagem muito equivocada sobre o que é conservação animal e respeito aos direitos fundamentais desses animais, que deveriam ser básicos como são para nós.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Álvaro Antônio) - Muito obrigado, Dr. Frank, pela contribuição, sem dúvida nenhuma muito rica e que nos traz uma reflexão muito importante sobre esse tema.

Eu quero registrar a presença do Deputado Weliton Prado, que, além de ser um grande companheiro do Estado de Minas Gerais, tem dado uma contribuição muito importante para essa causa.

Deputado Weliton, V.Exa. está com a palavra.

O SR. DEPUTADO WELITON PRADO - Deputado Marcelo, eu queria agradecer a V.Exa. e parabenizá-lo pela iniciativa muito importante. Realmente,



V.Exa. abraçou essa bandeira. Já estamos vendo muitos e muitos resultados. Parabéns! Continue assim e conte comigo.

Queria cumprimentar todos os expositores e todas as pessoas que realmente têm compromisso com a causa.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Álvaro Antônio) - Obrigado, Deputado Weliton. Fico muito feliz de trazer luz para esse debate.

Nas considerações finais, vou fazer uma proposta que pode ser muito interessante.

Vou passar a palavra agora para algumas pessoas que se inscreveram para falar, dentre elas a Vereadora Katia Dittrich, de Curitiba.

A SRA. KATIA DITTRICH - Primeiro, eu gostaria de agradecer a todos vocês a aula que nos deram.

A cidade de Curitiba foi citada. Para quem não sabe, Curitiba foi muito afetada nas mídias sociais com a implantação dessa fofoca com relação à alimentação dos animais. Um grupo interessado na privatização nos zoológicos plantou isso nas mídias sociais. Como Vereadora, estive lá no dia 5 de maio, com essas pessoas — até porque a nossa principal função é legislar e fiscalizar —, no período em que trabalhei na Rede de Proteção Animal. Inclusive, se alguém não sabe, são plantados 21 tipos de capim especial para os animais. Se não fossem os funcionários do recinto, realmente teria faltado, mas, como têm essa visão dos animais, eles não deixaram faltar.

Para nós, foi um baque muito grande saber que o Zoológico de Curitiba era visto dessa forma, porque ele é um dos maiores pontos de visitação da nossa cidade. Ficamos muito chateados por causa disso. Lá os animais são conhecidos pelo nome. São animais de resgate, que não têm como ser reinseridos — há lontras cegas lá. Então, a situação é muito complexa. Os animais que nascem lá são reimplantados no seu *habitat* natural.

Eu gostaria de pedir, já que estou aqui e sou Parlamentar, que contribuíssemos, com emendas parlamentares, tendo em vista que não podemos acabar com os zoológicos neste momento, para que algo melhor seja feito nos recintos dos animais. Este ano, eu vou colaborar com metade da minha verba para



que seja aumentado o recinto dos felinos em Curitiba. É lógico que não acho a situação adequada, mas, como eles não podem ser reinseridos neste momento, pelo menos acho que podemos melhorar a qualidade de vida desses animais.

Em Curitiba, o Fundo Municipal do Meio Ambiente tem ajudado muito o setor. Não posso citar o nome dos estabelecimentos multados, mas muitas a supermercados têm sido revertidas em alimentação e em melhoria dos recintos dos animais.

Neste momento, já que não podemos acabar com os zoológicos, podemos melhorar a qualidade de vida dos animais que lá estão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Álvaro Antônio) - Muito obrigado, Kátia.

Agora tem a palavra a Sra. Goretti Queiroz.

A SRA. GORETTI QUEIROZ - Boa tarde a todos.

Eu sou Goretti Queiroz e estou aqui representando a Federação das Associações e ONGs de Defesa Animal do Estado de Pernambuco.

Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentá-lo e de lhe agradecer pela oportunidade de discutirmos este assunto e também de desejar boas-vindas a todos. A Defesa Animal precisa de nomes e de braços fortes, como o senhor e o Deputado que acabou de sair deste recinto.

Ainda muito emocionada com as palavras da Dra. Beatriz, principalmente, e do Frank, eu gostaria de fazer uma pergunta bem sucinta e bem objetiva a Cláudio Hermes, Presidente da Sociedade de Zoológicos e Aquários do Brasil.

Eu gostaria de saber quais são os critérios para se destinarem, por exemplo, ursos canadenses para o Zoológico de Teresina, quando sabemos que lá o calor chega a 40 graus, a 42 graus, na sombra.

Apesar de ser de Pernambuco, eu me preocupei muito com a questão dos ursos de Teresina porque, recentemente, como foi abordado pelo nosso Deputado Daniel Coelho, de Pernambuco, foi feita a transferência de um urso que estava no Zoológico de Vitória de Santo Antão, um zoológico interditado há 5 anos, para Recife, e esse urso veio a falecer há menos de 1 mês. A nossa preocupação era de que esse urso fosse para o Zoológico de Teresina, onde nós sabemos que estão



dois ursos, Deputado, conhecidos nas redes sociais como os ursos loucos de Teresina, porque esses animais batem a cabeça na parede por causa do calor. Sabemos também, pela pesquisa que nós fizemos, que o gestor desse zoológico nem questiona a possibilidade da retirada desses animais de lá e a sua transferência para outros ambientes mais salubres.

Outra coisa: falamos muito em sustentabilidade, em conservacionismo. Qual conservacionismo podemos enxergar numa situação como essa? Não é meramente bilheteria comercial? Como o Frank falou, são animais de grande porte que chamam a atenção da população. *(Palmas.)*

Eu gostaria que o senhor explicasse isso para nós. Eu acho que precisamos e merecemos ouvir isso. E mais, Sr. Cláudio: temos que pensar numa alternativa para retirar aqueles animais de lá. O urso Bruno, de Recife, infelizmente ou felizmente faleceu. Ele estava doente há 20 anos, porque foi resgatado de um circo. Eu digo que felizmente faleceu, para não ser mais um ou o terceiro urso louco de Teresina.

Obrigada, senhores. *(Manifestação na plateia: Parabéns! Palmas.)*

O SR. CLÁUDIO HERMES MAASS - Acho a sua pergunta bastante pertinente porque ela nos dá a oportunidade de debater algumas questões bem importantes quanto à questão dos animais e à forma como chegam aos zoológicos.

Em primeiro lugar, a grande maioria dos ursos pardos mantidos no Brasil veio de circo. A presença deles nos zoológicos advém de uma autorização dada pelo órgão ambiental, pelo fato de atenderem aos requisitos mínimos, apresentados inclusive por Cabral, dentro do que se considera minimamente aceitável para a manutenção do animal.

Quero deixar claro que esse zoológico em questão não faz parte da SZB. Ele não é um zoológico acreditado. Então, se há eventualmente algum problema em relação ao comportamento de um animal, como a senhora relatou, com certeza isso deve ser investigado tecnicamente, deve-se apurar o que aconteceu.

Existe uma vasta literatura sobre o comportamento de ursos quando mantidos em condições inadequadas. Os dois ursos cuja imagem eu mostrei na minha palestra também são de circo. O macho chegou à nossa instituição com um comportamento, com uma estereotípia anormal. Em qualquer objeto no qual pudesse subir ele permanecia por 10 horas, 12 horas, 15 horas, rodando sem parar,



porque foi condicionado erroneamente, porque foi submetido a uma situação na qual subia numa estrutura e fazia uma apresentação. Demoramos 3 anos para conseguir diminuir significativamente esse comportamento.

Esses dois animais passaram por mutilação, tiveram suas garras arrancadas pelo circo, para que pudessem ser usados com alguma segurança numa apresentação de 5 minutos. Eles eram mantidos naquele *trailer*, cuja imagem eu também mostrei, sem água, expostos a todas as questões climáticas — no caso, extremas —, sem a possibilidade de buscarem conforto térmico, que se dá num lago ou numa estrutura que lhes permitisse controlar a temperatura do corpo, como fariam na área de ocorrência natural, onde há intervalos, onde há amplitude térmica muito significativa. No verão, lá é quente; no inverno, é extremamente frio. Mas o animal vai lidar com isso mudando a quantidade de pelo, o comprimento do pelo, a camada de gordura e entrando em água fria para se resfriar.

Essas situações acontecem pontualmente em instituições que, eventualmente, passam por dificuldades. A sociedade sempre tenta auxiliar tecnicamente, para que essas instituições possam dar uma condição melhor para os animais. A sociedade defende abertamente que, quando não tenha condição de manter um animal, uma instituição destine esse animal para quem tenha a condição adequada.

Nós não pactuamos com maus-tratos, nós não pactuamos com a manutenção de animais sem o bem-estar animal. Infelizmente, muitos animais que chegam até nós têm problemas que vão ser permanentes na vida deles. No caso dos ursos em particular, será um processo muito longo até que esses animais tenham uma condição de vida cada vez melhor. Eu falo isso porque trabalho há 16 anos com urso pardo, diariamente. Temos estudos de comportamento, temos avaliação médica de animais que vêm de circo, de animais que são nascidos em zoológicos, que têm comportamentos totalmente diferentes.

Nesse caso em particular, realmente cabe também uma pressão sobre o mantenedor desse zoológico, no caso o Município, para que ele cumpra as suas diretrizes básicas. A sociedade está aberta. Se essa instituição precisar de auxílio, a sociedade está à disposição.



Falei, no encerramento da minha palestra, sobre descaso, sobre a questão de gestão, sobre a questão da dependência, porque a legislação, a nosso ver, é a solução do processo.

Acho também que temos que tomar um pouco de cuidado quando contamos a história de um animal, porque contamos sobre a situação naquele momento. Muitos animais que aqui foram citados chegaram às instituições oriundos de circo. Muitos dos problemas das instituições aqui apontados decorrem de investimentos em infraestrutura com base numa concepção da década de 60, da década de 70. Quando foi apresentado o recinto de elefantes do RioZoo? Quando esse recinto foi construído? Em que momento esse recinto foi construído? É um recinto atual? Não. Ele não atende. Ele vai continuar desse jeito? Não também. Com certeza, não. Já tivemos acesso ao projeto. O RioZoo é membro da Sociedade e vem trabalhando exaustivamente, após a mudança de gestão, para que ocorra uma melhora significativa na qualidade de vida daqueles animais. Eu acho que esse é o ponto fundamental.

Nós que trabalhamos com os animais nas nossas instituições e na sociedade somos os primeiros a levantar a bandeira da manutenção ética desses animais. É um processo. Por isso nós temos um processo de acreditação, por isso nós temos um código de ética. Não depende de mim, Cláudio, ou de qualquer outro colega. Depende de uma série de parâmetros técnicos que vão dizer se aquele determinado animal tem bem-estar animal ou não e o que deve ser feito para isso.

Eu espero ter respondido à sua pergunta.

Esse compromisso a sociedade tem. E cabe também ao gestor. Eu acho extremamente importante vocês pressionarem aquele gestor, pressionarem, no caso, a Secretaria de Meio Ambiente, que agora é a responsável por aquele zoológico, se ele já foi transferido do IBAMA para o Estado. Caso contrário, o responsável é o IBAMA, que deve tomar as medidas cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Álvaro Antônio) - Com palavra o Sr. Roberto Cabral Borges.

O SR. ROBERTO CABRAL BORGES - Quero apenas complementar, para não ser injusto.



Fico muito feliz por estarmos agora discutindo os zoológicos. Antes, em alguns momentos, viemos para cá discutir circos. Infelizmente, a legislação que proíbe animais em circo no Brasil ainda não passou a vigor, ainda não vigora, mas, com base em maus-tratos, na origem dos animais, na segurança do público etc., o IBAMA fez durante muito tempo e tem feito uma intensa fiscalização nos circos no Brasil. Com isso, vários animais foram apreendidos. Basicamente, todos os animais silvestres e exóticos que estavam em circos foram apreendidos, porque os circos não conseguiam oferecer nem bem-estar nem segurança. E isso só foi possível devido ao apoio de zoológicos.

Então, é lógica essa questão que foi colocada pelo Cláudio, de que tem que se cobrar que o animal seja mantido de forma adequada, mas a situação na qual eles estavam em circos era muito pior. Vários animais foram retirados dos circos e depositados em zoológicos. Vários zoológicos receberam esses animais de forma emergencial, buscaram adequar recintos de forma emergencial, porque não estavam preparados para receber esses animais. Se esses zoológicos não tivessem se posicionado dessa forma e aceitado receber os animais, eles ainda estariam sendo submetidos a esses comportamentos que ele citou aqui nos circos.

Então, para não haver injustiça, embora não dê para falar que essa é a melhor situação que os animais vão enfrentar ou em que vão estar, temos que pensar no que foi adequado, no que foi possível ser feito em determinado momento. Entre o circo e o zoológico, apesar de todos os problemas, os animais estão muito melhor acondicionados nos zoológicos, com tratamento, principalmente aos olhos do público, para que se possa ver, questionar e solicitar providências. Porque no circo, atrás da lona, ninguém sabia o que acontecia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Álvaro Antônio) - Com a palavra o Frank Alarcón.

O SR. FRANK ALARCÓN - Quero fazer um breve comentário a respeito da colocação do Cláudio e da colocação do Cabral.

É absolutamente louvável que o Estado — o Governo, o Município — tenha recintos e profissionais dedicados ao cuidado de animais que têm um histórico absolutamente abominável, como o das vítimas, dos prisioneiros dos circos ou de outros estabelecimentos.



Em vez de zoológicos, deveríamos ter enfermarias animais que visassem manter esses animais com o mínimo de vida digna. Quando eu digo “mínimo”, quero dizer “máximo”, dentro das possibilidades que nós devemos a esses animais, porque, afinal, fomos nós, sociedade humana, que os colocamos nessa condição. Quando pensamos em estabelecimentos que sirvam como enfermarias que cuidem desses animais e, naqueles casos possíveis, visem à reintrodução desses animais no seu ambiente natural, eu acho sensacional. Agora, se esses ursos, se esses elefantes, se esses leões são vítimas de maus-tratos, de histórico circense ou de qualquer outra natureza, faz algum sentido recolocá-los sob exposição para o público? Visando exatamente a quê? Esses animais já perderam absolutamente todos os indicativos natos da sua biologia mais fundamental, eles têm comportamento estereotipado, eles viveram expostos a públicos buliçosos que lhes jogavam coisas, eram maltratados em jaulas minúsculas e, ainda assim, apesar de estarem numa condição menos pior que a do circo, nós os colocamos sob a exposição de um público. É claro que talvez esse público não os maltrate como na época do circo, mas visariamos a quê? Que tipo de informação nós queremos passar para esse público? Seria esta: *“Vejam como esses animais tiveram uma vida indigna e agora estão tendo uma realidade menos pior”*? Será que esses zoológicos, em algum momento, informam para o público visitante que esses animais foram vítimas de sequestro e ficaram mantidos presos em jaulas de circo, fazendo acrobacias contra a sua vontade? Os zoológicos não contam isso. O público que vai ver esses animais desconhece que o urso, o elefante, o leão e o gorila foram vítimas de outra colônia penal chamada circo, que, se tudo der certo, vai desaparecer deste planeta.

Volto a questionar: qual é a real utilidade de colocar esses animais de passado inglório sob a exposição do público?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Álvaro Antônio) - Muito obrigado pelas considerações, Dr. Frank.

Concedo a palavra à Sra. Eliane Garcia.

A SRA. ELIANE GARCIA - Olá. Boa tarde a todos.

Eu quero agradecer a possibilidade de explanar um pouquinho. Ouvindo tantas coisas, fui pensando em várias outras. Obviamente, não vou ler tudo o que



anotei aqui, mas vou começar a minha fala respondendo a esta questão: “*Por que manter animais de circo?*”

Eu fiz parte da equipe que recebeu animais apreendidos, alguns deles destinados ao Zoológico de Brasília. E uma das opções era justamente a de sensibilizar o público quanto à ideia de que ir ao circo com animais não era algo bacana. Sim, essa história era contada em *banners*, e profissionais davam explicações. Eles tiveram um tratamento comportamental...

Eu não me apresentei. Sou bióloga, trabalho com bem-estar animal, como pesquisadora, há alguns anos. Atualmente, trabalho no NEX, um criadouro que mantém felinos próximo de Brasília, e na AEUDF — Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, uma faculdade particular, no curso de Biologia.

Quero dizer apenas duas coisas. Estamos pautando a nossa discussão pelos piores zoológicos. Acho que esse é o grande erro no qual incorremos nesta discussão. Se eu falar dos piores casos que ocorrem em hospitais, talvez convença a todos de que devemos fechar as portas dos hospitais. Eu sei que, obviamente, não é essa a ideia. E todos aqui são movidos pela paixão, mas cada um de certa maneira se fecha em sua visão. Alguns aqui devem trabalhar, pesquisar e viver a realidade de um zoológico, de um bom zoológico, e não reconhecem esse estereótipo que é apresentado. O zoológico não expõe o animal por expor. Obviamente nem tudo está bom. Temos centenas de exemplos, todos verídicos, de situações ruins, mas não vimos a exposição das melhores situações.

Então, eu peço a todos que reflitam sobre essa questão. Acredito que o caminho seja unir forças, melhorar o que nós temos, talvez trabalhar com capacidade de visitação, uma capacidade máxima, um limite de visitantes. Mais do que isso, eu acredito na qualidade da visitação. Há vários exemplos de zoológicos, alguns no Brasil e muitos pelo mundo afora, que oferecem aulas educativas. Então, numa sessão de treinamento com o animal, para melhorar o seu bem-estar, o público é informado sobre o porquê de aquilo ser feito.

Fechar os zoológicos eu acho que é bastante injusto porque não temos o que fazer com muitos desses animais. Esses animais seriam fadados ao cativeiro numa instituição fechada, sem público, e aí sem a possibilidade da vigilância de todos nós, ou faríamos a eutanásia desses animais. Obviamente ninguém quer isso. Não dá



para pensar no rinoceronte Thor sendo devolvido ao seu ambiente natural, infelizmente. E ele tem uma vida digna, recebe tratamento adequado de profissionais.

Isso é Ciência. Bem-estar animal, estudo da capacidade, visitação, tudo isso é muito bem estudado. Deve ter bom senso, separar o joio do trigo, não colocar todos os zoológicos num grande balaio, como se fossem instituições ruins.

É isto: unir forças e considerar o fomento da união dos criadouros conservacionistas nesse trabalho, porque eles estão, por um lado, com muitos animais também, vários trabalhos de reabilitação, e precisam conversar mais com os zoológicos.

Era essa a minha sugestão.

O SR. FRANK ALARCÓN - Enquanto colega biólogo — trabalho com Ciência há algumas décadas —, pergunto: Você diria que, da totalidade de zoológicos do País, metade é boa e a outra metade é ruim? Ou você não tem condições de avaliar?

Porque o histórico do próprio Zoológico de Brasília é absolutamente temerário, de vários animais mortos. Eu já participei de várias reuniões lá, avaliei o estado de alguns animais. Certamente esse não é um exemplo de bom zoológico. Ou seja, os bons zoológicos existem? Segundo o olhar das pessoas que trabalham com zoológicos, talvez existam, e certamente estão munidos de profissionais qualificados, bons veterinários e bons biólogos, como a própria Vereadora mencionou. Ela conviveu e teve aulas com excelentes profissionais. Não existe dúvida em relação a isso.

Agora, numericamente, estatisticamente, você diria que o quadro é de meio a meio? Mais zoológicos ruins? Mais zoológicos de excelente capacidade? Qual é o seu diagnóstico disso, já que você trabalha na área?

A SRA. ELIANE GARCIA - Não posso colocar isso em números. Eu realmente não tenho esses dados.

Mas há possibilidade de melhorar os ruins e de fechar os ruins. O que eu acho é que não devemos levantar essa bandeira contra a instituição como um todo, contra o zoológico em si. Acho que nós temos que buscar melhorar os que não



estão bons e que, infelizmente, menos da metade é bom, mas que todos eles têm capacidade de melhorar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Álvaro Antônio) - Passo a palavra ao Sr. Cláudio Hermes.

O SR. CLÁUDIO HERMES MAASS - A questão inicial é esta: qual é o parâmetro para avaliar um bom e um mau zoológico? Eu posso dizer que a sociedade tem 113 parâmetros para avaliar somente o bem-estar de um zoológico.

Quais são os parâmetros que o senhor considera adequados?

O SR. FRANK ALARCÓN - Segundo ela — e obviamente é uma projeção, talvez não fundamentada em dados —, menos da metade talvez seja boa. Eu acredito que eles obedecem, senão a 113 parâmetros, talvez a 50 parâmetros ou a 20 parâmetros. Ainda assim, menos da metade é boa.

O SR. CLÁUDIO HERMES MAASS - Estamos partindo de um mundo subjetivo.

O SR. FRANK ALARCÓN - Não.

Permita-me fazer uma observação sobre a palavra “ética”, que tanto tem sido usada e é usada nessa questão do zoológico, mas não somente. A situação dos zoológicos... Veja: não estou querendo demonizar a palavra “zoológico”. Como eu disse, se zoológico mudasse de nome e se chamasse enfermaria animal, talvez fosse olhado de uma forma muito diferente, em função do trabalho que realizasse, pela sociedade.

A realidade dos laboratórios de animais ou do uso de animais para experimentação científica também se apoia no uso da palavra “ética”, como se fosse a chancela de que se está fazendo tudo visando ao melhor daquelas criaturas, daqueles entes. Só que a própria palavra “ética” tem sido usada de forma tão gratuita e tão corrompida que a ética que certamente os comitês de ética, não somente da experimentação animal, como também dos zoológicos, utilizam é muito diferente da ética no seu sentido mais puro, que a Filosofia trabalha. A ética é uma reflexão sobre os fundamentos da ação. O que eu faço é certo ou errado? Por que eu faço aquilo?

Se mantemos esse animal sujeito a visita — e aqui eu estou falando só da visita —, com o que a visita contribui para a vida daquele animal? “Ah, mas



se aquele animal fosse remanejado para um santuário, ele ia continuar em cativeiro e, talvez, vedado à exposição pública". Bom, então, devemos considerar que pelo menos um minúsculo atributo foi atenuado, o do estresse da visitação. *"E se fosse uma visitação planejada, menos estressante, de forma organizada?"* Ainda assim, uma visitação zero é muito menos estressante que a visitação de dez pessoas. Aí alguém dirá: *"Não, mas aquele animal foi acostumado, a vida inteira, a ser visitado e a estar em contato com outras criaturas"*.

Bom, voltamos à questão da ética. Os animais, não humanos, que são tão animais como nós — somos uma de mais de 1 milhão de espécies, sem falar naquelas não conhecidas —, têm direito a aspectos essenciais de uma vivência neste mundo. Um deles, que infelizmente não está sendo atingido, é o da liberdade. Nós estamos expandindo de tal maneira o nosso domínio sobre o planeta que estamos destruindo o Cerrado, a Mata Atlântica, o Pantanal, a Floresta Amazônica, muito em função da contribuição de gestos nossos diários que impactam nisso tremendamente. Por exemplo, o consumo de carne. Todo mundo fala em conservação, mas ninguém se preocupa em parar de consumir carne e derivados animais. *(Palmas.)*

Então, nós queremos conservar o *habitat* natural desses animais que estão sendo mortos atropelados em mais de uma centena de milhões, numa previsão conservadora, nas autoestradas. No entanto, queremos conservá-los do quê? Tomando um banho de 3 minutos, apagando o interruptor quando saímos da sala, quando, na verdade, o consumo de um bife de 400 gramas economiza 15 mil litros de água.

Quando falamos de conservação da vida animal, precisamos ser no mínimo coerentes. Não dá para conservar o animal dentro de uma colônia penal, por mais que nós coloquemos profissionais bem-intencionados lá dentro. Essa conservação para dentro do estabelecimento precisa ser modificada. A conservação precisa acontecer para fora dos estabelecimentos, junto às Áreas de Proteção Ambiental, junto à revisão dos nossos atos diários, para aí, sim, podermos talvez ter uma reprodução melhorada de animais da fauna silvestre, para que talvez os animais que são vítimas de um passado no circo ou em qualquer outra entidade dessa natureza possam ter uma vida minimamente digna, a vida que lhes resta.



É claro que ele nunca vai ser reintroduzido na natureza, é claro que ele nunca vai recuperar habilidades ou práticas que eram naturalmente esperadas dele, mas, sinceramente — e aqui estou abordando novamente um ponto, o da exposição —, de que forma a exposição desses animais confere um aspecto positivo à sua vida em cativeiro eterno?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Álvaro Antônio) - Muito obrigado.

Acho que isso é o mais o importante, é o objetivo central, na verdade, ou seja, o debate entre ambas as partes, para cada um chegar a sua conclusão.

Eu disse que, nas considerações finais, eu falaria sobre uma proposta que vamos apresentar aqui na Câmara dos Deputados. E vamos precisar do apoio muito forte de todos os protetores, de todos aqueles que estão envolvidos na causa. Vamos apresentar ao Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Rodrigo Maia, a proposta de constituição nesta Casa de Comissão Especial para debate, exclusivamente, da legislação sobre os zoológicos do Brasil. Eu acredito que serão 40 sessões, das quais podemos tirar um produto final. Vamos definir, obviamente, o projeto, o relator desse projeto e, dessas 40 sessões, vamos tirar um produto muito interessante para o momento que vive o País e o mundo. Essa proposta vai ser interessante.

Vamos manter esse canal de diálogo com cada um de vocês. Vamos precisar muito dessa força para convencer o Presidente da Casa a atender a esse pedido de formação de Comissão Especial para debate da legislação relacionada aos zoológicos do Brasil.

Com a palavra a Sra. Cleonice Cordeiro Amaral, para falar sobre o tema *Ser Humano e Animais*.

A SRA. CLEONICE CORDEIRO AMARAL - Obrigada.

Boa tarde a todos os Parlamentares e às pessoas presentes.

Sou a Pastora Cleonice Cordeiro Amaral e, dentro de um contexto bíblico, eu gostaria de falar bem rapidamente sobre o tema *Ser Humano e Animais*.

Todos nós seres humanos somos formados de corpo, alma e espírito. E os animais são formados só de corpo e espírito. O corpo, como todos vocês sabem, vai desmanchar, vai desfazer. O espírito, o sopro de vida que recebemos, assim como os animais, é recolhido. O que salva do corpo e do espírito é a alma. Os animais não



têm alma, o que não justifica que se pense na possibilidade de eles serem maltratados ou abandonados.

Sobre a questão do abandono dos animais, eu foco na contaminação. O abandono dos animais pode causar contaminação do meio ambiente, pelo odor ou até mesmo pelo contato. Já pensaram no corpo de um animal abandonado dentro de um contêiner de lixo? Um morador de rua vai lá e tem contato, coloca as mãos lá. Isso pode ser uma forte fonte de contaminação.

Amem os animais. Existe essa pequena diferença, ou seja, os animais não possuem alma. Isso significa que eles não passarão pelo Juízo por que todos passaremos um dia com a volta de Cristo.

Era essa a minha observação. E, para quem não assistiu ainda — e eu assisti esta semana —, sugiro assistir ao filme que acabou de ser lançado *Planeta dos Macacos*, muito bom. Creio que dali vai dar para tirar bastante informação sobre os animais.

Era só essa observação.

Obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Álvaro Antônio) - Muito obrigado, Cleonice.

Vou fazer uma última pergunta que chegou direcionada ao Dr. Cláudio: “Se 18% das receitas vêm de bilheterias, qual o percentual da receita gasto para se manter a visitação?”

O SR. CLÁUDIO HERMES MAASS - Faço só uma pequena correção: 18% das instituições brasileiras cobram ingresso e 81% não cobram. A minha menção não é quanto ao conjunto da receita e do custo. Dentro de um zoológico com aquário, existem diversos eixos de empenho dos recursos que partem de pagamento dos funcionários, compra de insumos para o bem-estar e manutenção. Então, dependendo da natureza jurídica da instituição, esses são até dados públicos. Existem as discussões, o orçamento e tal. Então, isso é totalmente factível. Mas deixo essa correção. Quando eu fiz a referência, era sobre cobrança ou não de ingresso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Álvaro Antônio) - O.k. Foi importante esse esclarecimento. Portanto, 18% das instituições de zoológicos no Brasil cobram ingresso, e não 18% da receita dos zoológicos são provenientes da bilheteria.

Finalizando, vou registrar rapidamente as presenças de: Karina Loureiro, Gerente de Fiscalização de Fauna do Instituto Brasília Ambiental; Edmeia Martins Barbosa, protetora do Projeto Leva-me Contigo, é um prazer tê-la conosco; Edna Maria, Coordenadora da Comissão de Direito Animal de Casimiro de Abreu, no Rio de Janeiro, instituição da OAB, seja bem-vinda; Gerson Norberto, Diretor-Presidente da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, muito obrigado pela presença; Edilaine Vieira, que é Diretora do Instituto Ambiental do Paraná, seja bem-vinda; Magna Helena, que é Secretária Executiva da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente — ABEMA, seja bem-vinda; Alberto Gomes de Brito, Diretor de Répteis, Anfíbios e Artrópodes do Zoológico de Brasília; Lucas Mousinho, Assessor de Plantel da Diretoria de Mamíferos, é um prazer tê-lo conosco; Maria Goretti, Presidente do Movimento de Defesa Animal de Pernambuco; Norman Luiz Matheus da Rocha, Analista Legislativo da Câmara dos Deputados; Ana Raquel, Zootecnista da Fundação Jardim Zoológico de Brasília, muito obrigado pela presença; Danilo Simonini Teixeira, Presidente da Sociedade Brasileira de Primatologia; Miriam Lima, Presidente da ONG O Amor Deixa Marcas, muito obrigado pela presença; Nair Pires, que é membro do Movimento de Defesa Animal de Pernambuco; Letícia França, Assessora de Planejamento e Parcerias da Fundação Jardim Zoológico de Brasília; Suelma Braz, Presidente da Sociedade Civil Maria, Maria, Organização das Profissionais da ECT, seja bem-vinda; Maria Izabel Gomes, Analista Ambiental do IBAMA, muito obrigado pela presença; Cleonice Cordeiro Amaral, Pastora, que se manifestou aqui agora, muito obrigado; Katia, nossa amiga Vereadora de Curitiba, que está nos honrando com sua presença; Luciana Pereira, Gestora do Projeto FAOS de Pernambuco e do Projeto Patinhas de Pernambuco; Taís Ramos, Assessora Parlamentar da Câmara Municipal de Curitiba, muito obrigado pela presença; Francine Leão, Assessora da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, em São Paulo; Eliete, funcionária pública municipal, ativista também da causa animal; Filipe Carneiro, Diretor de Mamíferos do Zoológico de Brasília; Thiago Marques, Agente de Conservação e Pesquisa Intensiva; José Roberto, Diretor da



Concessionária do RioZoo, seja bem-vindo; Fernanda Moreno, Vereadora da Câmara Municipal de Mogi das Cruzes, obrigado pela presença; Natália Gonçalves Dutra, ativista pelos direitos dos animais do Partido ANIMAIS; Isabela Vieira, que é protetora de animais também da CONFAZ e do Partido ANIMAIS; Diego Bruno, estudante da UFRN, seja bem-vindo; Diego Martins, protetor dos animais do Projeto Leve-me Contigo, muito obrigado pela presença; Francisco Silvestre, que é servidor público, do Partido ANIMAIS; Alexandre Magno, Presidente do Partido ANIMAIS, que estava aqui há pouco, muito obrigado; Marcos Withers, protetor de animais e também da Câmara Municipal de Curitiba, muito obrigado pela presença; por fim, Alessandra Alves, que é Presidente do Grupo FERA — Frente pela Educação e Responsabilidade Animal, de Mogi das Cruzes.

Para encerrar, quero ler pelo menos duas perguntas de internautas que participaram e tiveram o carinho de estar conectados conosco: *“O que poderá ser feito em termos de projeto de lei que proponha a isenção total de tributos em relação a santuários, como pessoa jurídica, que contemple todos os animais de grande porte, nativos ou não?”*, pergunta de Francisco Lunardi, de São Paulo, que, imagino, entra nessa proposta de formarmos uma Comissão Especial na Câmara para debatermos amplamente a questão não só dos zoológicos, mas também a causa animal. A outra pergunta é do Marcos Vinícius de Souza: *“Por que a Comissão de Meio Ambiente não cria uma comissão para fiscalizar os zoológicos no Brasil?”* É uma boa proposta. Vamos propor isso no âmbito desta Comissão, através de requerimento direcionado ao Presidente da Comissão, para que possamos fazer visitas técnicas aos zoológicos, com biólogos, e vermos e sentirmos de perto como está o acondicionamento desses animais.

É isso, gente. Vou encerrar esta audiência pública, perguntando obviamente se alguém quer fazer alguma consideração final na Mesa.

Dra. Beatriz, tudo tranquilo? *(Pausa.)*

Agradeço a presença de cada um de vocês. O Dr. Roberto Cabral vai fazer uma consideração final para encerrarmos esta audiência pública

O SR. ROBERTO CABRAL BORGES - Boa tarde novamente a todos! Alguns chegaram depois.



Rapidamente, para a gente terminar, o IBAMA é um órgão executor. A gente vai trabalhar sempre dentro da legislação. Hoje a legislação vigente é a que eu apresentei sobre zoológico. Vamos trabalhar dessa forma. A possibilidade de uma Comissão de discutir aqui é justamente para evoluir nesse conceito de zoológico.

Esclarecendo a proposta, em momento nenhum houve a extinção das estruturas ou demissão das pessoas que trabalham no zoológico. A questão básica sempre foi se devemos continuar com essa proposta de exposição de animais. Agora e doravante devemos manter e continuar com isso? É essa proposta?

Eu acho que ninguém critica a questão de conservação ou pesquisa a favor dos animais no zoológico. Foi observada aqui, e é muito criticada, a questão relacionada à exposição. O resultado de conservação é pelo menos um dos pontos, o ponto principal. No resultado de conservação, a gente precisa questionar quantos zoológicos realmente se envolvem na conservação e em outras questões que não só a exposição. Qual é a porcentagem? Da mesma forma que é perigoso colocar todo mundo no mesmo balaio, é perigoso também defender algo pela exceção. A gente tem de ver se o que a gente está defendendo não é exceção, como alguns poucos bons zoológicos que trabalham com outras coisas.

Reconectar. É perigoso a gente só falar na questão de reconectar. Um escravagista está conectado com quem é escravo. Um estuproador está conectado com sua vítima. Então, o algoz está conectado com sua vítima. A gente tem que pensar em como deve ser essa conexão, como a gente pode fazer as conexões. É importante saber como conectar a população com a vida selvagem.

Técnico do zoo. A gente os defende. Os técnicos do zoo normalmente, quase todos, senão todos que eu conheci até hoje, defendem os animais e querem o melhor para eles. A gente tem que perguntar se o melhor para os animais é realmente o que está acontecendo e se a instituição deve se manter como está.

Passivo. O que fazer com ele? Uma das propostas, e é a primeira, é com certeza não deixar crescer. Isso significa não reproduzir, caso não esteja vinculado a um projeto de conservação, e também não aceitar animais capturados na natureza para compor o plantel de zoológico. São essas as questões. A gente precisa caminhar por aí. Não se propõe a irresponsabilidade de acabar com o zoológico. No



dia seguinte, o que fazer com todos esses animais? Esta não é e nunca foi nenhuma das propostas.

Recursos escassos. A gente deve pensar se esses recursos devem ser mais direcionados à conservação ou à exposição. Existe uma evolução que a gente poderia fazer de o zoológico, aos poucos, ir se transformando numa questão de apoio a animais resgatados, a animais apreendidos, etc., mudando essa ideia, essa proposição inicial dos zoológicos?

Capacitação técnica. Com certeza, a gente tem nos zoológicos técnicos habilitados. A principal proposta é direcionar essa capacitação técnica, esse corpo técnico que já existe, já se aprimorou, justamente para uma questão mais favorável aos animais e não, como foi dito, simplesmente a sua manutenção, até a morte, em cativeiro.

Muito obrigado, inclusive pela oportunidade das considerações finais.
(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Marcelo Álvaro Antônio) - Muito obrigado, Roberto Cabral.

Acredito, como eu disse no início, que a gente não pode parar aqui. Esta é apenas numa audiência pública em que temos uma mesa composta por pessoas capacitadas no tema. Certamente, esse contato, esse vínculo precisa permanecer para, na continuidade dessa discussão, a gente conseguir produzir material de qualidade, para que a gente consiga fazer o trâmite dentro da Casa Legislativa. A grande maioria das alterações de leis precisa passar aqui. Para isso, a gente vai precisar muito desta Mesa, de cada membro que está aqui.

Aproveito para agradecer cada um de vocês e dizer que o trabalho não para. A gente continua conectado ao tema e lutando para que cada dia mais a gente possa avançar, evoluir e trazer realmente uma legislação mais atual, mais justa e menos perversa para os animais.

Agradeço também aos assessores da Comissão, que carinhosamente nos acompanharam durante praticamente 3 horas de debates: muito obrigado.

Lembro que o acampamento animal está a todo vapor, funcionando. Não é isso, gente! Está funcionando, está legal. (Palmas.)



A pauta dessa semana vai ser importantíssima. Na semana passada a gente teve uma solenidade em que foi feita uma singela homenagem de reconhecimento aos protetores de todo o Brasil. Já surtiu efeito, o pessoal da Secretaria-Geral da Casa nos procurou para a gente selecionar os projetos relacionados ao tema para serem votados na semana animal.

Também deixo aqui o nosso abraço a cada um de vocês. Mais tarde, a gente vai estar junto com vocês.

Muito obrigado, gente! Boa tarde! (*Palmas.*)